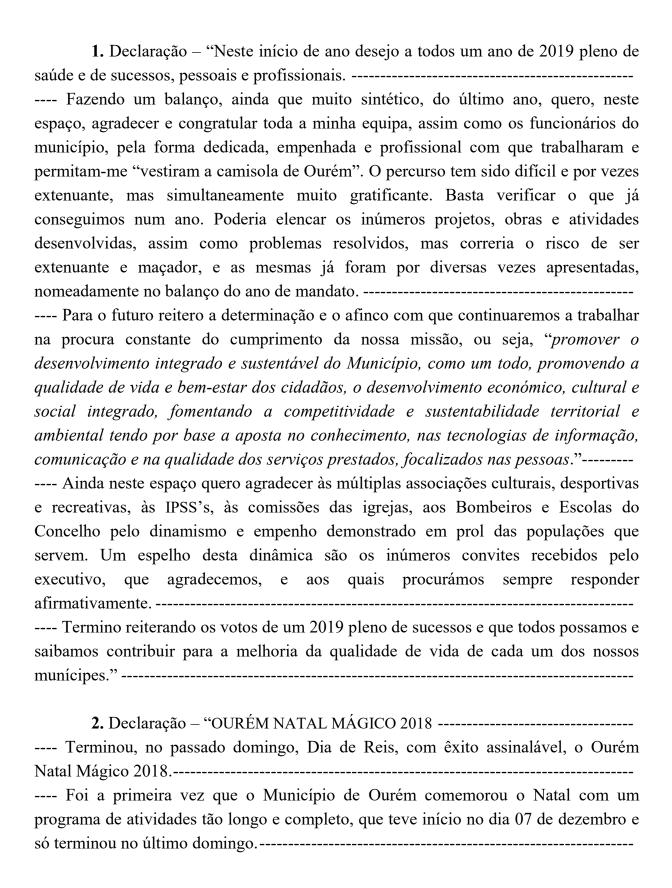


### ATA N.º 1 (REUNIÃO PÚBLICA)

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS
SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, RUI MANUEL SIMÕES
VITAL e JOÃO MIGUEL CALDEIRA HEITOR, comigo Clarisse Isabel Pereira
Neves, Chefe da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA <b>ORDEM</b>
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À
LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
<u>INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE</u>
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 30 de outubro de 2017, for
aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado que ninguém
pretendeu intervir
OOXXXOO
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, c
Senhor Presidente tomou a palavra para saudar o Senhor Vereador João Miguel
Caldeira Heitor (que hoje retoma as suas funções de vereador) e desejar-lhe um bom
mandato
De seguida o Senhor Presidente, apresentou os documentos que se passam a
especificar e a transcrever:

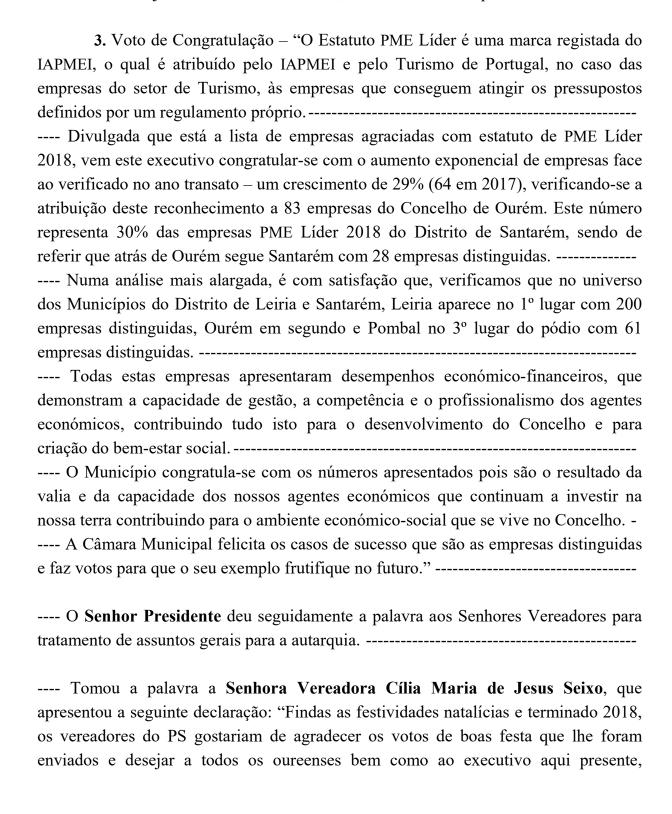


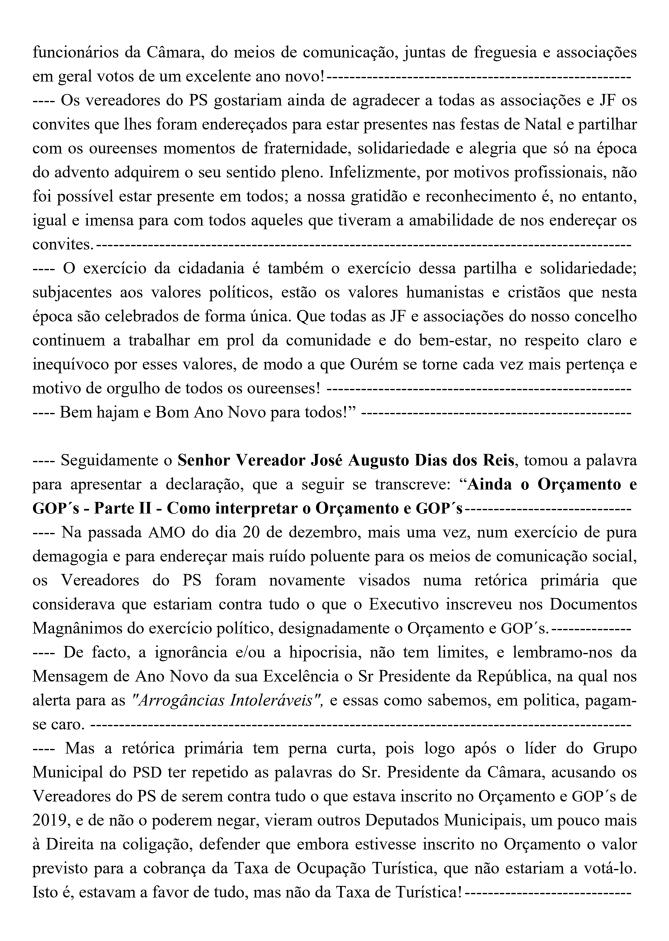


---- Foram inúmeras as iniciativas inseridas no Ourém Natal, todavia, gostaria de destacar alguns momentos, não só pela enorme adesão de público que registaram, mas sobretudo pela qualidade apresentada, muito elogiada por todos os ourienses:------ a chegada do Pai Natal no dia 09 de dezembro; ------- o espetáculo da Sónia Araújo no dia 16 do mesmo mês; ------ a pista de gelo que esteve ao dispor de todos quantos nos visitaram durante um mês;-- os "cantares ao Menino", no passado dia 06 de janeiro.--------- Os festejos natalícios foram, desde o primeiro momento, uma aposta deste Executivo. Felizmente, conseguimos, com enorme sucesso, atingir e até superar este nosso objetivo, devolvendo à sede do Concelho e à cidade de Fátima, a Magia do Natal. --------- As ruas e praças das nossas cidades encheram-se para, num ambiente de muita alegria, se viver o sonho desta época mágica. Estas mesmas ruas e praças tiveram um brilho diferente de anos anteriores, com a iluminação de Natal que, pela sua beleza, foi considerada, por muitos, a mais bem conseguida quando comparada com outros concelhos do nosso distrito. --------- Considero que esta iniciativa foi muito mais que uma aposta ganha, foi um verdadeiro sucesso pelos sorrisos e alegria que imprimiu nos rostos dos ourienses e, acima de tudo, pela dinâmica que causou no comércio tradicional. ---------- Outro dos momentos altos do Ourém Natal Mágico 2018 foi a campanha solidária que culminou com a entrega de mais de 800 brinquedos e material lúdico-didático a cinco instituições do Concelho, o que só revela a generosidade e preocupação dos ourienses com aqueles que mais precisam.--------- Além dos momentos atrás enunciados, tivemos ainda diversos espetáculos de cariz cultural que contaram com a preciosa colaboração de escolas, associações e IPSS's do concelho, para quem, vai, desde já, o nosso agradecimento, assim como para a ACISO - Associação Empresarial de Ourém/Fátima, entidade que se associou ao Município deste o primeiro dia, na organização do Ourém Natal Mágico, mais concretamente na implementação da pista de gelo. --------- O nosso agradecimento vai igualmente para as Juntas de Freguesia de Fátima e Nossa Senhora da Piedade que se associaram a este evento, investindo recursos próprios e empenhando-se de forma genuína para que o Natal Mágico pudesse ser uma realidade, --------- Demos ainda a possibilidade às crianças de todas as escolas do concelho de participarem deste grandioso evento, trazendo-os até à sede do Concelho para usufruírem das diversas atrações disponíveis. -----

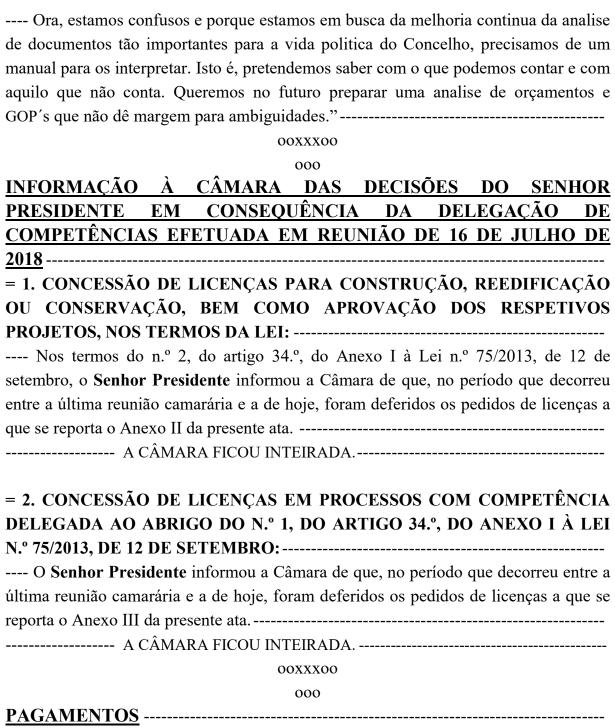


---- Um bem-haja a todos quantos tornaram possível a realização do Ourém Natal Mágico 2018 e um obrigado muito especial a todos os que participaram nesta iniciativa e nos ajudaram a celebrar o Natal, com a intensidade que deve ser vivido."--



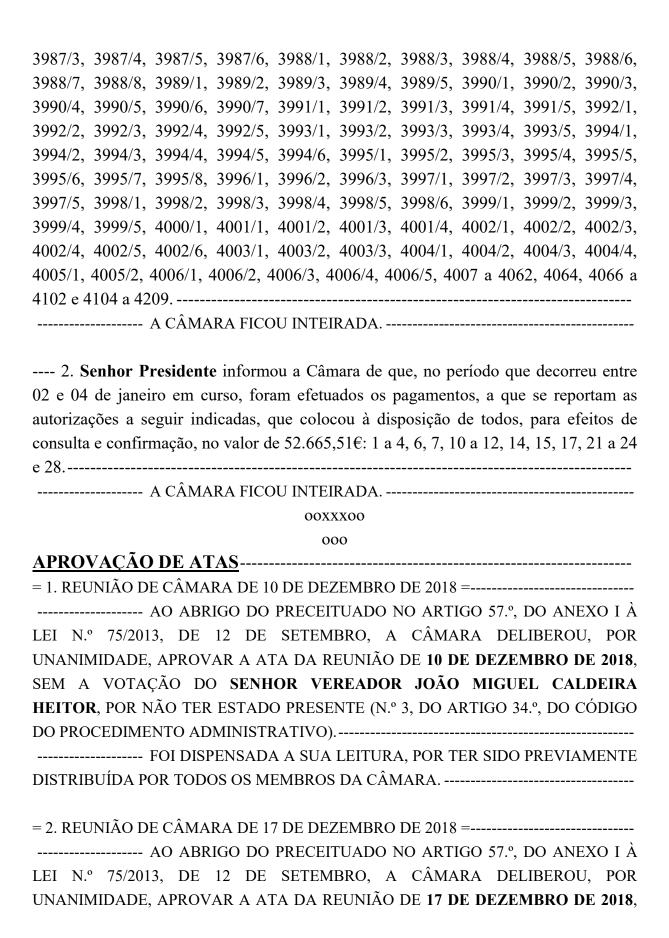




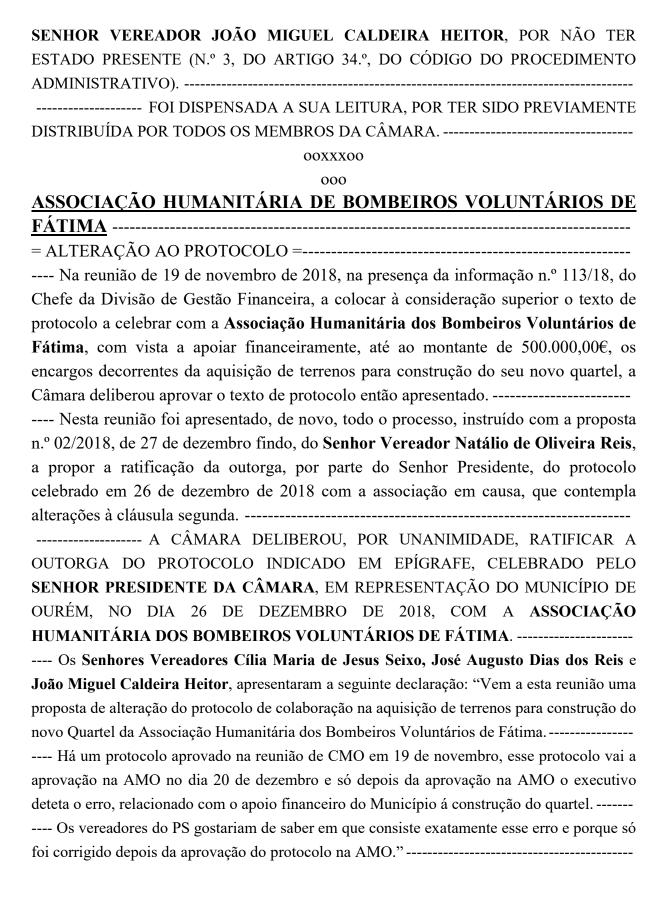


---- 1. O **Senhor Presidente** informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 17 e 28 de dezembro findo, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.868.580,10€: 3770, 3786, 3793, 3794, 3800, 3806, 3807, 3812, 3814, 3835, 3840, 3855, 3894, 3897 a 3905, 3951 a 3954, 3956 a 3961, 3963 a 3984, 3985/1, 3985/2, 3986/1, 3986/2, 3986/3, 3986/4, 3987/1, 3987/2,









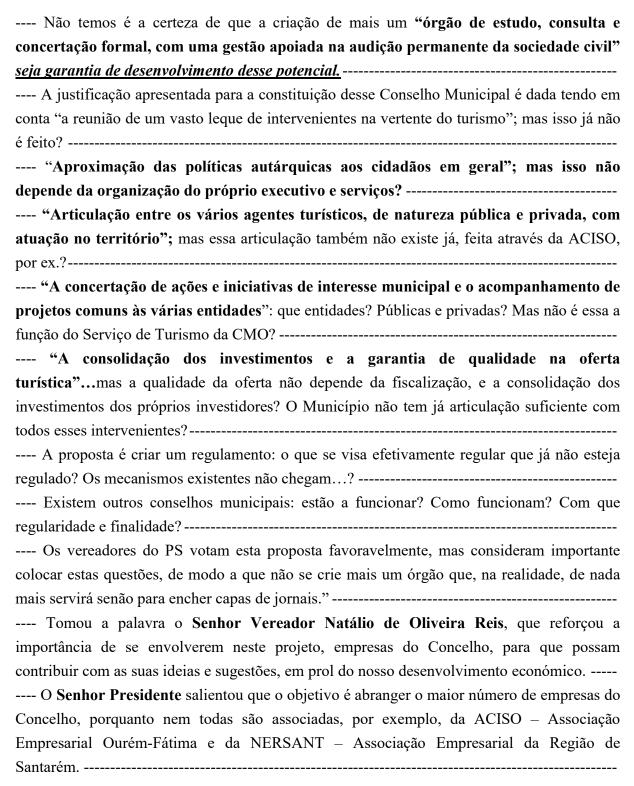


---- O Senhor Presidente esclareceu que a aprovação do texto de protocolo é da competência deste órgão executivo e que a autorização da respetiva despesa, essa sim, compete à Assembleia Municipal, pelo que a alteração agora introduzida não carece de aprovação daquele órgão deliberativo, uma vez que não interfere com a despesa então aprovada. ----ooxxxoo

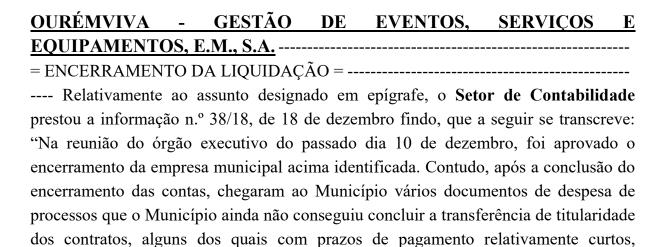
000

#### CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO--------- Sobre o assunto acima mencionado, o Senhor Vereador Natálio de Oliveira Reis, através da sua informação n.º 48/18, datada de 28 de dezembro findo, propôs a criação do Conselho Municipal de Turismo, como forma de encarar o turismo como motor de desenvolvimento local, beneficiando não só os operadores económicos mas também a população residente e a consequente autorização para o início do procedimento de elaboração do correspondente regulamento, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. ---------- CONSIDERANDO O GRANDE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPRESARIAL DO CONCELHO DE OURÉM E A IMPORTÂNCIA DESTAS ÁREAS A PAR COM O TURISMO, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – CONCORDAR COM O PROPOSTO E APROVAR A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO; -SEGUNDO – AUTORIZAR O INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO RESPETIVO REGULAMENTO, PROMOVENDO A SUA PUBLICITAÇÃO, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 98.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO; ------TERCEIRO – ESTABELECER O PRAZO DE 10 DIAS, PARA A CONSTITUIÇÃO DE INTERESSADOS E APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE REGULAMENTO.--------- Os Senhores Vereadores Cília Maria de Jesus Seixo, José Augusto Dias dos Reis e João Miguel Caldeira Heitor, apresentaram a seguinte declaração: "A proposta que vem a esta reunião da criação do Conselho Municipal de Turismo é entendida pelos vereadores do PS com alguma estranheza. --------- Efetivamente, Ourém é um concelho com um enorme potencial turístico, não apenas pelo turismo religioso, de longe a maior fonte de receitas do município em termos turísticos, mas por todo o património histórico e ambiental que possui. Concordamos também que a

exploração deste potencial turístico é fundamental para o desenvolvimento do concelho.-----





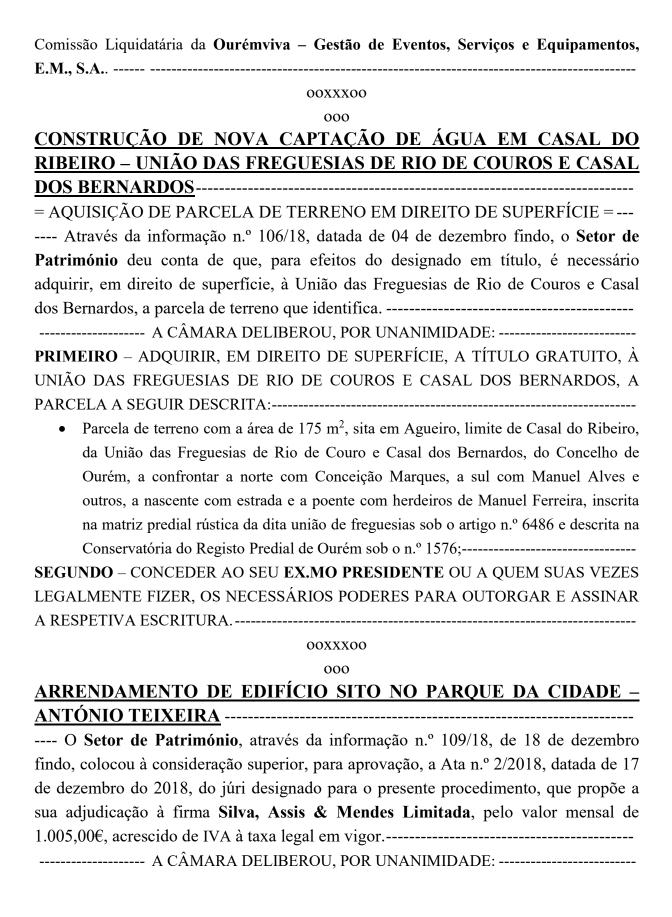


Fornecedor	N.º Documento	Valor	Data vencimento
Tagusgás - Propano S.A.	41710	1 359,22 €	30/12/2018
Tagusgás - Propano S.A.	42354	1 601,04 €	04/01/2019
Resopre	02448	2 219,12 €	30/11/2018
Segurança Social	5434223	1 100,75 €	20/12/2018
Vodafone	051111878	203,39 €	27/12/2018
Vodafone	051033228	1 167,48 €	27/12/2018
MEO	A685040262	18,09 €	20/12/2018
EDP	11180000610164	38,56 €	03/01/2019
EDP	11180000610427	68,91 €	03/01/2019

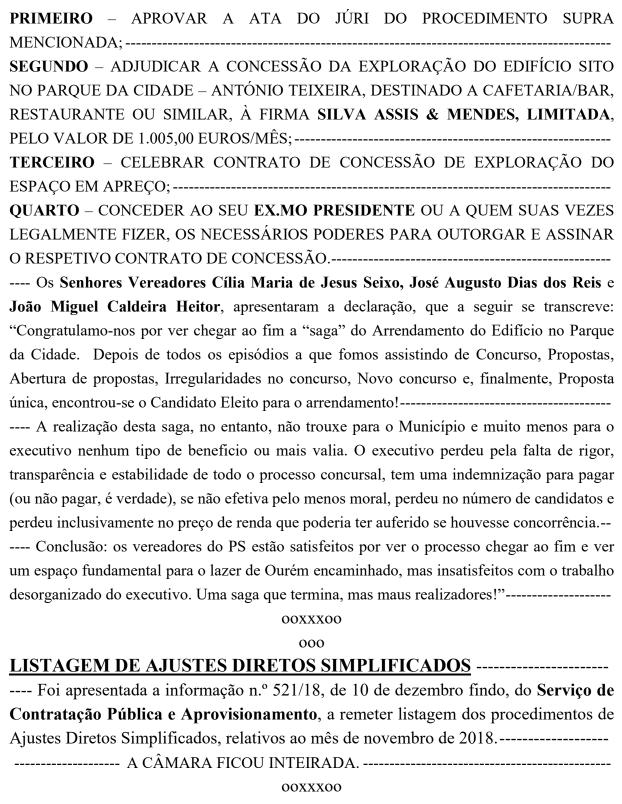
conforme quadro abaixo. ------

---- Dado que estas despesas não foram objeto de aprovação por parte do órgão executivo, pela circunstância de não constar no relatório da comissão liquidatária, e dos prazos nelas fixado ser bastante reduzido, sugere-se que a mesma seja autorizada pelo Ex.mo Senhor Presidente e posteriormente ratificada em reunião de Câmara. -------- Mais se informa que nesta data a referida despesa se encontra com enquadramento orçamental e fundos disponíveis em montante suficiente, conforme o estabelecido na LCPA.--------- À Consideração Superior,".--------- O Senhor Presidente exarou no processo o seguinte despacho, datado também de 18 de dezembro de 2018: "Autorizado o pagamento.--------- À reunião p/ ratificação". ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE SUPRA TRANSCRITO. --------- Aquando da discussão e votação da presente deliberação, a Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, ausentou-se da sala, por ser Presidente da

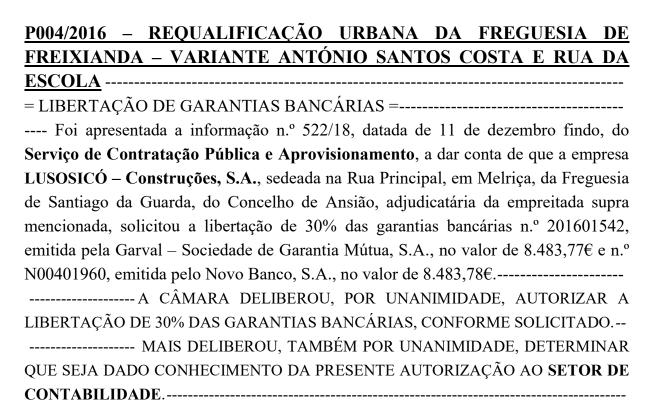










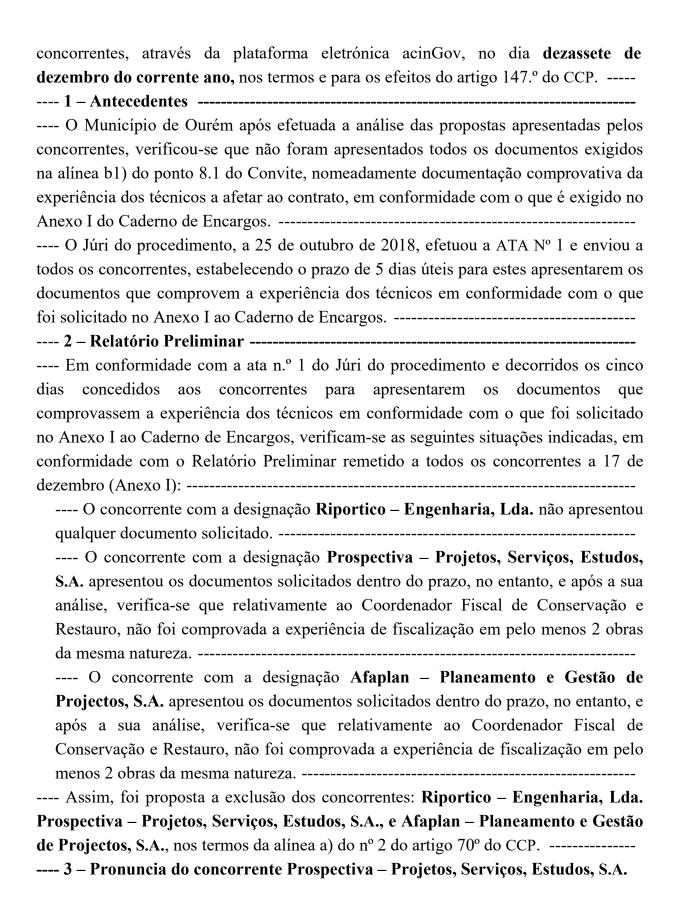


ooxxxoo

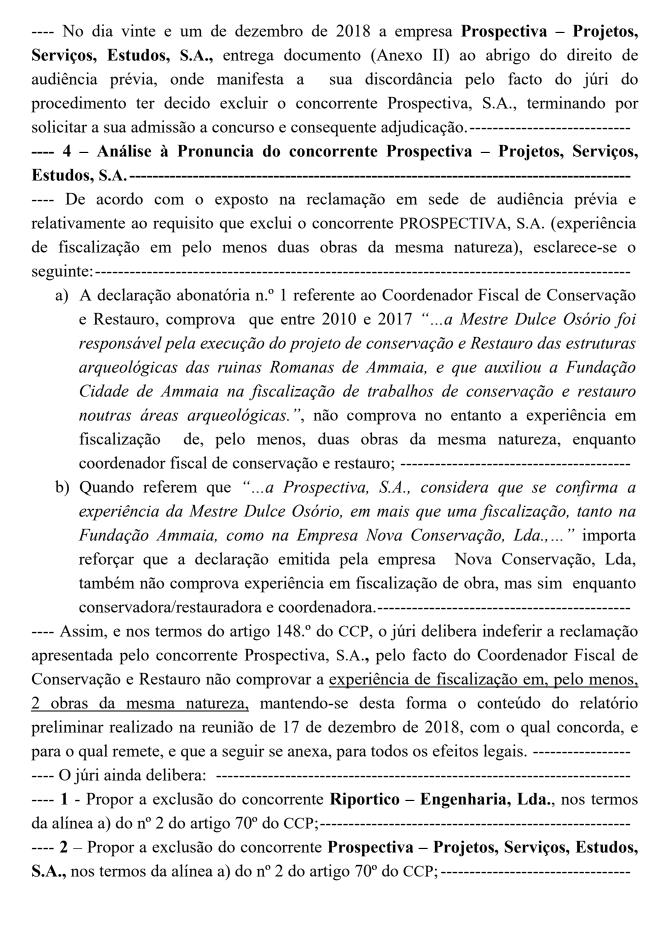
000

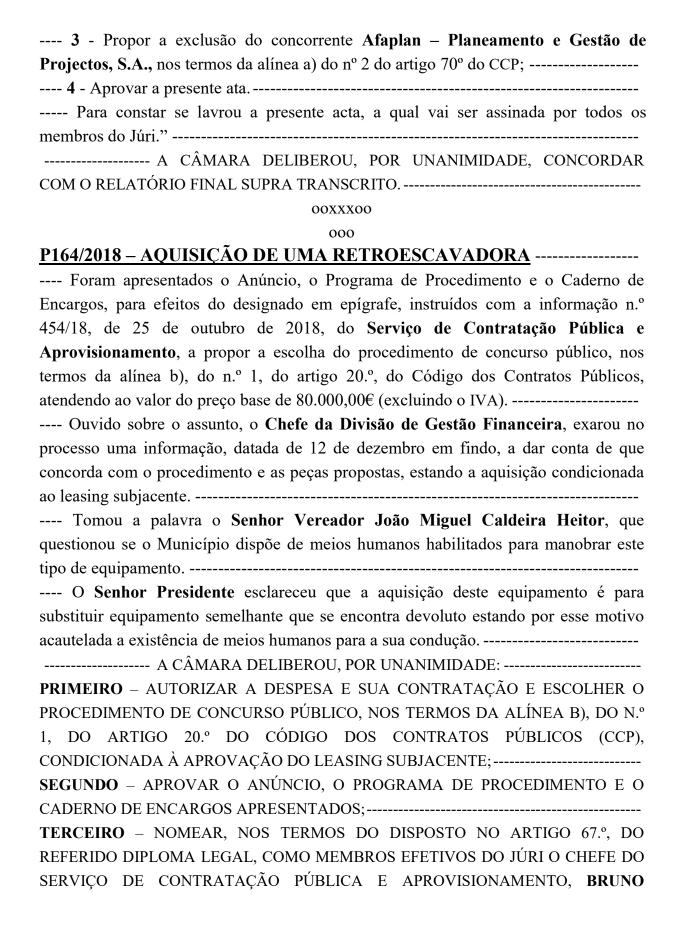
# P152/2018 – SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO CASTELO E PAÇO DOS CONDES DE OURÉM E SUA ADAPTAÇÃO PARA ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS------













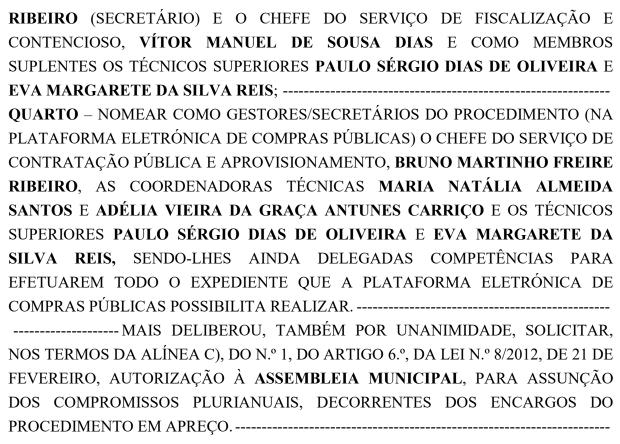
ooxxxoo

000

# <u>P166/2018 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE UM CONTRATO DE LEASING PARA AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADORA ------</u>

---- Foram apresentados o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com a informação n.º 455/18, de 25 de outubro de 2018, do Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, atendendo ao valor do preço base de 95.000,00€.----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – AUTORIZAR A DESPESA E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); -----SEGUNDO – APROVAR O ANÚNCIO, O PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS;-----TERCEIRO – NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67.º, DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, FERNANDO LUÍS GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES (QUE PRESIDIRÁ), O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE



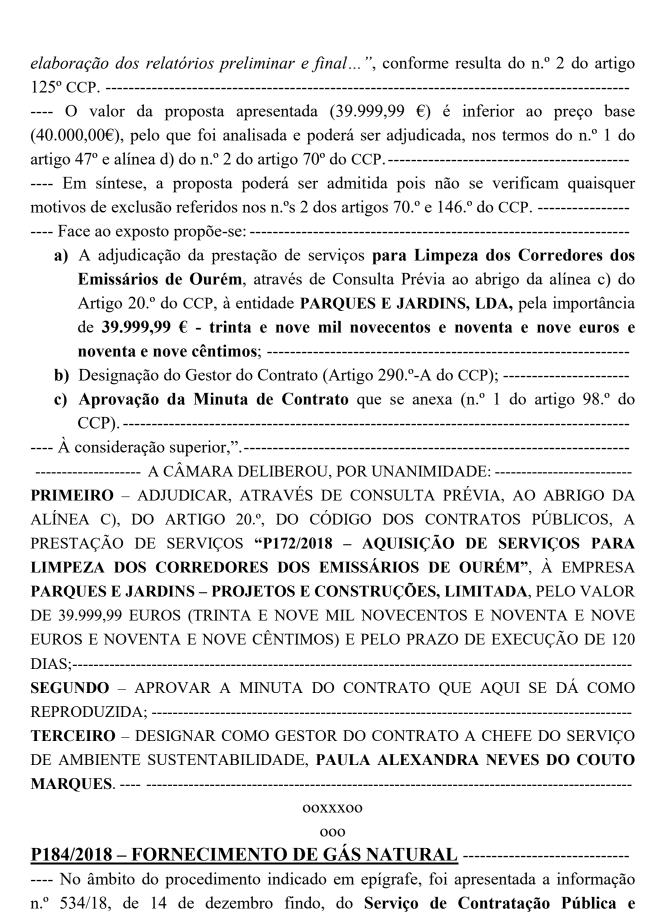


ooxxxoo

000

#### <u>P172/2018 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DOS</u> <u>CORREDORES DOS EMISSÁRIOS DE OURÉM</u> ------

Assim, "...não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à

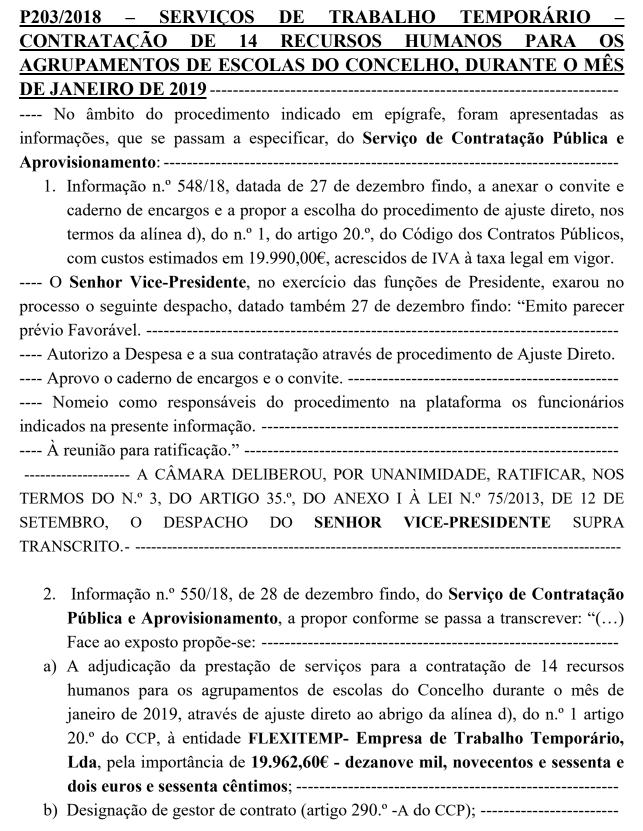


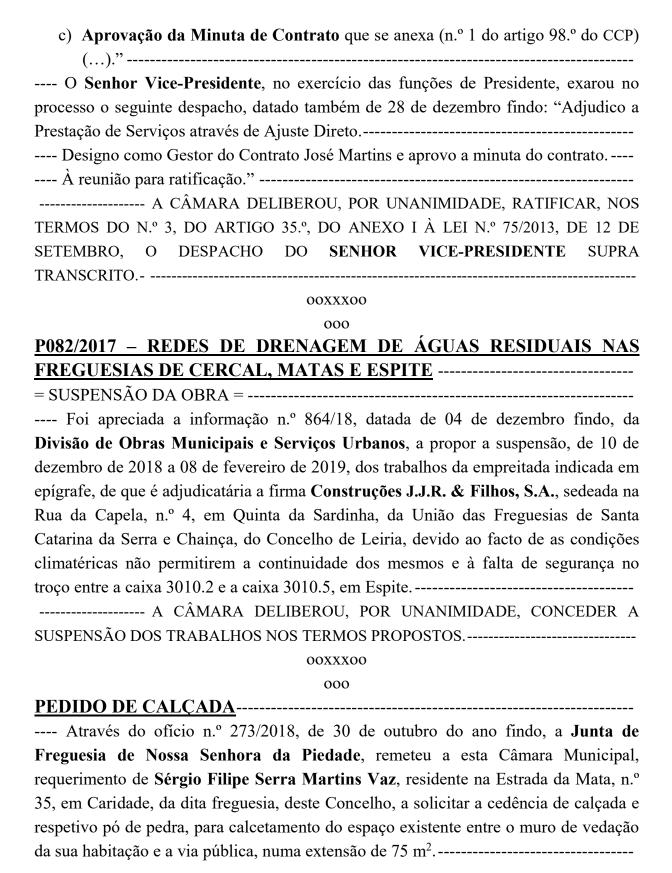
Aprovisionamento, que se passa a transcrever: "Nos termos da deliberação de 3 de dezembro de 2018, foi efetuada consulta à empresa EDP Comercial -Comercialização de Energia, S.A., para o fornecimento de gás natural, cujo preço base é de 19.700,00 € (excluindo IVA) e pelo prazo de execução de 150 dias. --------- Apresentada apenas uma proposta, os procedimentos para a formação dos contratos não necessitam de ser conduzidos por um júri (n.º 1 do artigo 67º do CCP). Assim, "...não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final...", conforme resulta do n.º 2 do artigo 125° CCP. --------- O valor da proposta (16.873,42 €) é inferior ao preço base (19.700,00€), pelo que foi analisada e poderá ser adjudicada, nos termos do n.º 1 do artigo 47º e alínea d) do n.º 2 do artigo 70º do CCP. --------- Em síntese, a proposta poderá ser admitida pois não se verificam quaisquer motivos de exclusão referidos nos n.ºs 2 dos artigos 70.º e 146.º do CCP. --------- Face ao exposto propõe-se: ----a) A adjudicação do fornecimento de gás natural, através de Ajuste Direto ao abrigo da alínea d) do nº 1 do Artigo 20.º do CCP, à empresa EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A., pela importância de 16.873,42 € - dezasseis mil oitocentos e setenta e três euros e quarenta e dois cêntimos e pelo prazo de execução de 150 dias; ----b) Designação do Gestor do Contrato (Artigo 290.º-A do CCP); ----c) Aprovação da Minuta de Contrato que se anexa (n.º 1 do artigo 98.º do CCP). ---- À consideração superior,".---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – ADJUDICAR, ATRAVÉS DE AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DA ALÍNEA D), DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, O FORNECIMENTO "P184/2018 – FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL", À EMPRESA EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A., PELO VALOR DE 16.873,42 EUROS (DEZASSEIS MIL OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS EUROS E QUARENTA E DOIS CÊNTIMOS) E PELO PRAZO DE EXECUÇÃO DE 150 DIAS:-----SEGUNDO – APROVAR A MINUTA DO CONTRATO QUE AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA; ------TERCEIRO – DESIGNAR COMO GESTOR DO CONTRATO A CHEFE DO SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS, ANA MARGARIDA DOS SANTOS SEQUEIRA. -----



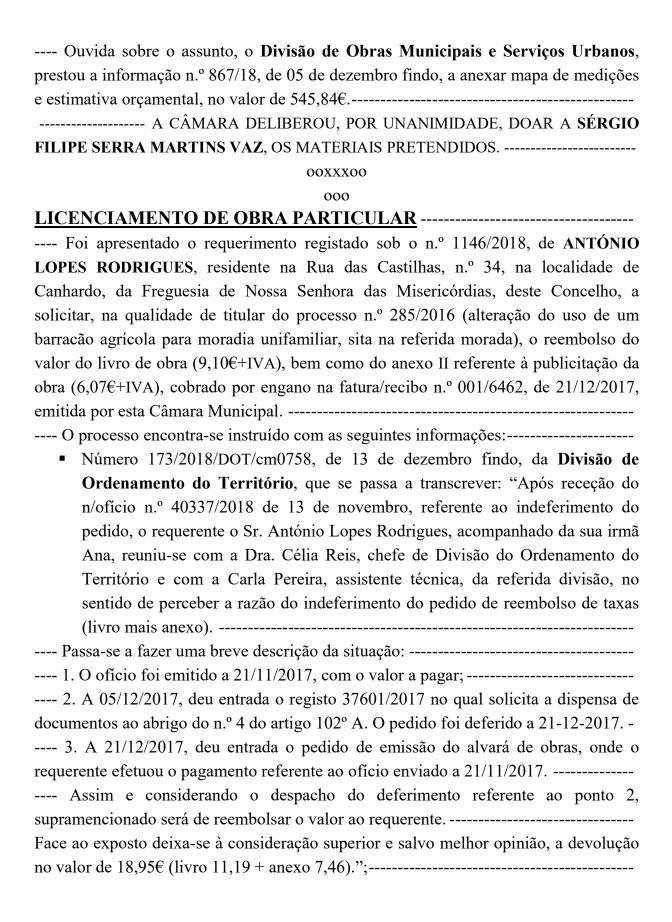
#### ooxxxoo

000

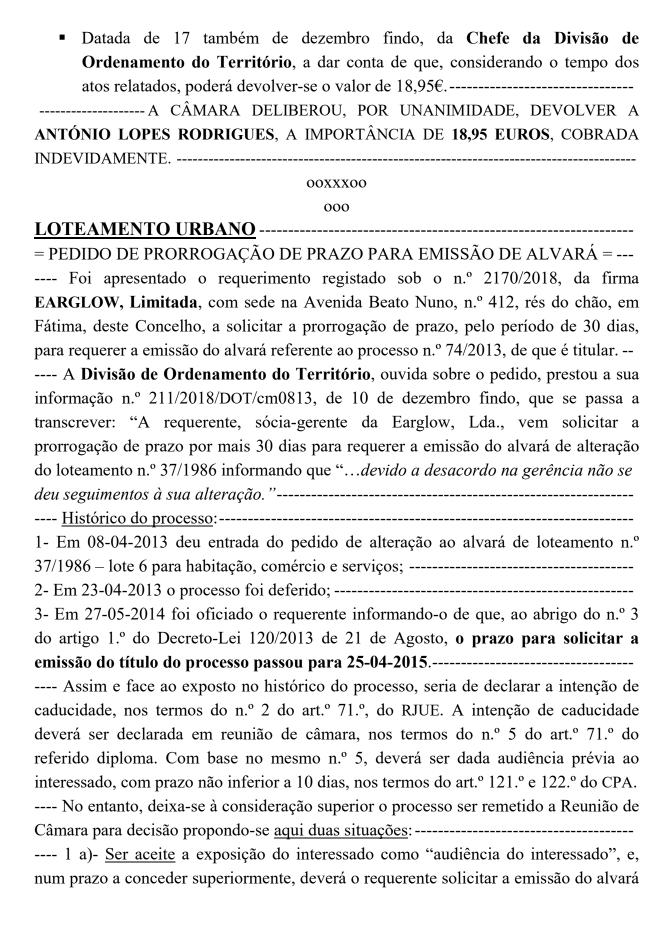




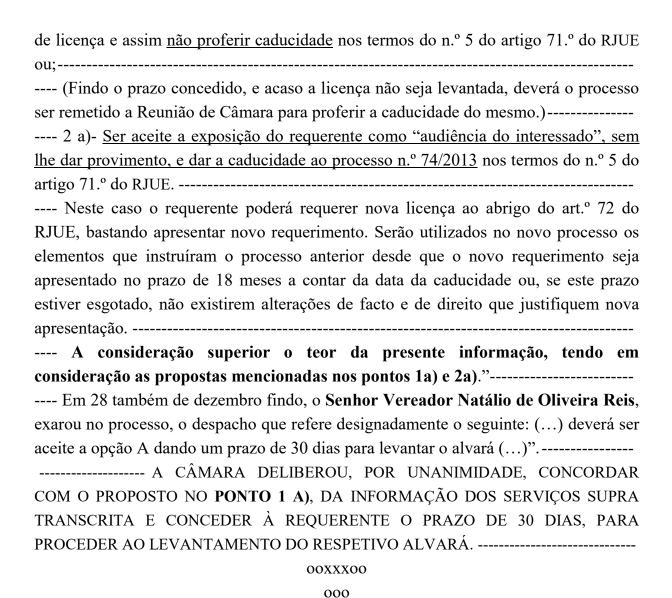




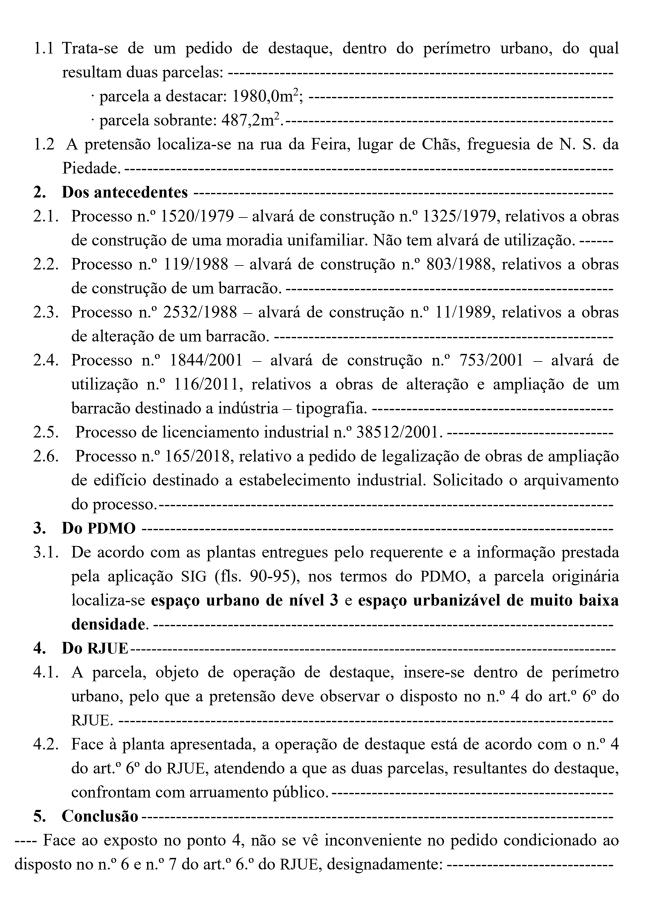




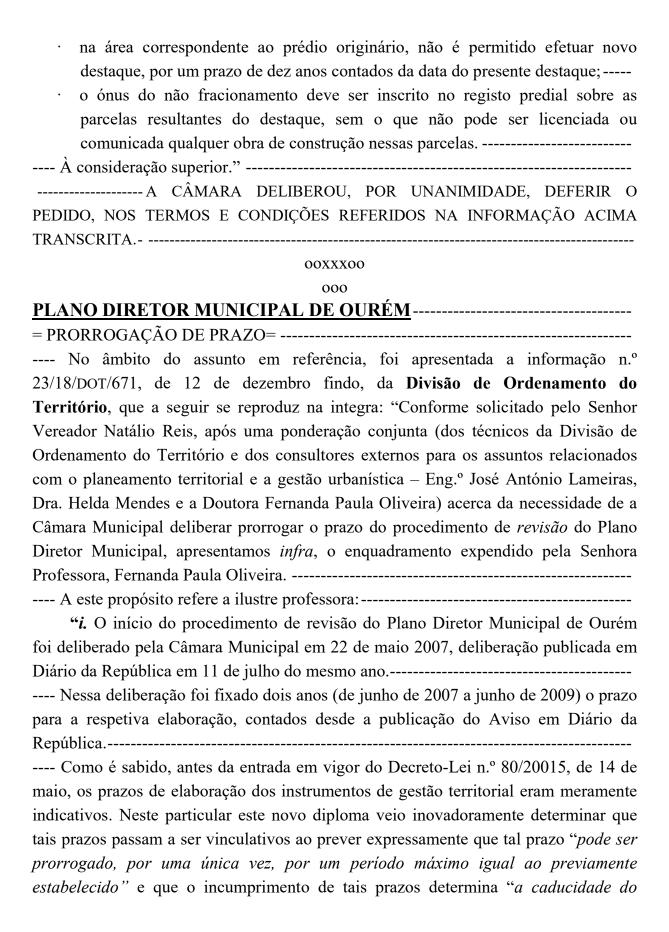




PEDIDO DE DESTAQUE -----





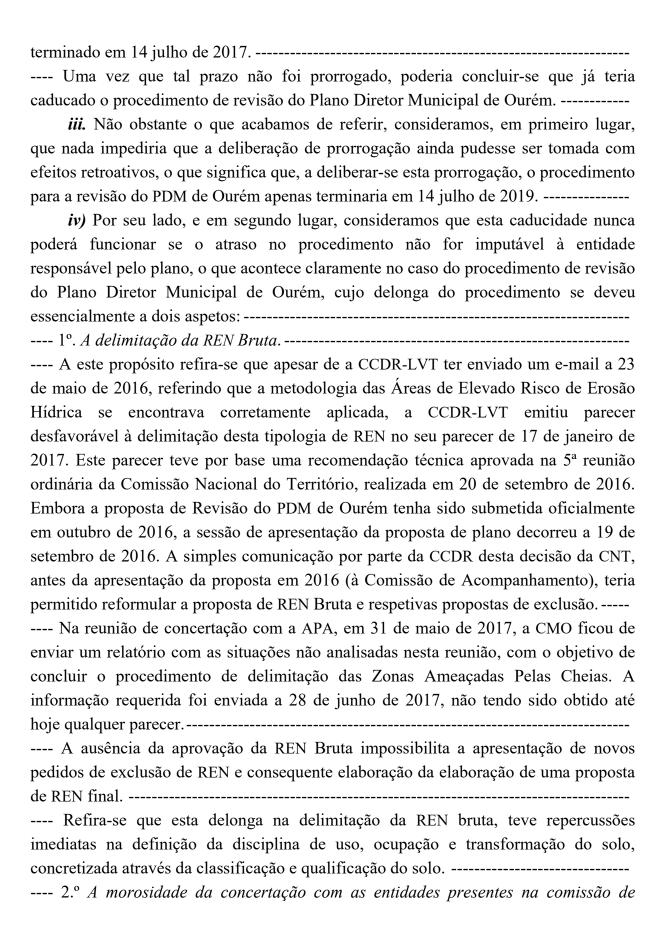




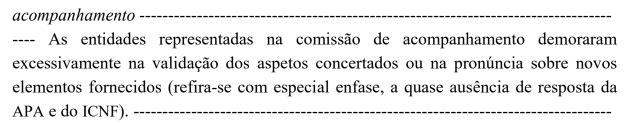
procedimento". --------- O problema que esta inovadora previsão legal veio colocar foi a de saber se o prazo de caducidade do procedimento vale apenas para as situações futuras, que vierem a verificar-se após a entrada em vigor do diploma, ou se afeta também as situações de procedimento de planeamento em curso. --------- Trata-se de um problema de aplicação da lei no tempo e sobre o qual rege o artigo 12.º do Código Civil. Este preceito, depois de afirmar no n.º 1 o princípio geral da irretroatividade da lei, dispõe no n.º 2 sobre a aplicação da lei distinguindo entre as normas que dispõem sobre requisitos de validade (substancial ou formal) de quaisquer factos (1.ª parte) e aquelas que dispõem sobre o conteúdo de certas situações jurídicas e o modelam sem olhar aos factos que a tais situações deram origem (2.ª parte). ---------- Segundo Baptista Machado, "As primeiras só se aplicam a factos novos, ao passo que as segundas se aplicam a relações jurídicas (...) constituídas antes" da lei nova mas subsistentes ou em curso à data do seu início de vigência". --------- Aplicando o acabado de expor ao caso em análise, afigura-se claro que o preceito aqui em causa, ao dispor sobre o prazo de elaboração de um plano, não consubstancia norma que interfira com as condições de validade dos atos ou deliberações em causa. Ou seja, o preceito (lei nova) cai no âmbito normativo da 2.ª parte do artigo 12.º, n.º 2, do Código Civil, o que significa que são abrangidas no seu âmbito os procedimentos já iniciados que subsistam (estejam em curso) à data da sua entrada em vigor. --------- Nesta situação, a questão que se coloca de seguida é a de determinar a data a partir da qual se conta o prazo de elaboração de um plano (e que consta da deliberação de inicio do procedimento), uma vez que a sua aplicação imediata poderia ter como consequência ter-se já esgotado esse prazo à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 80/2015, que veio inovadoramente determinar um prazo de caducidade do procedimento. - --------- Para responder a esta questão, e uma vez que o artigo 297.º do Código Civil não prevê diretamente a hipótese da lei nova estabelecer pela primeira vez um prazo (já que se refere expressamente ao encurtamento destes), socorremo-nos outra vez de Baptista Machado. Se a lei nova vem estabelecer pela primeira vez um prazo, refere o Autor que "este só deve ser contado, qualquer que seja o momento inicial fixado, a partir do início de vigência da nova lei". ----ii. Ora aplicando esta posição ao procedimento de revisão do Plano Diretor

Municipal de Ourém, teria de se concluir que o prazo de elaboração inicialmente determinado, de 2 anos, contado da entrada em vigor Decreto-Lei n.º 80/2015 (que ocorreu 60 dias após a sua publicação, portanto em 14 de julho de 2015) teria





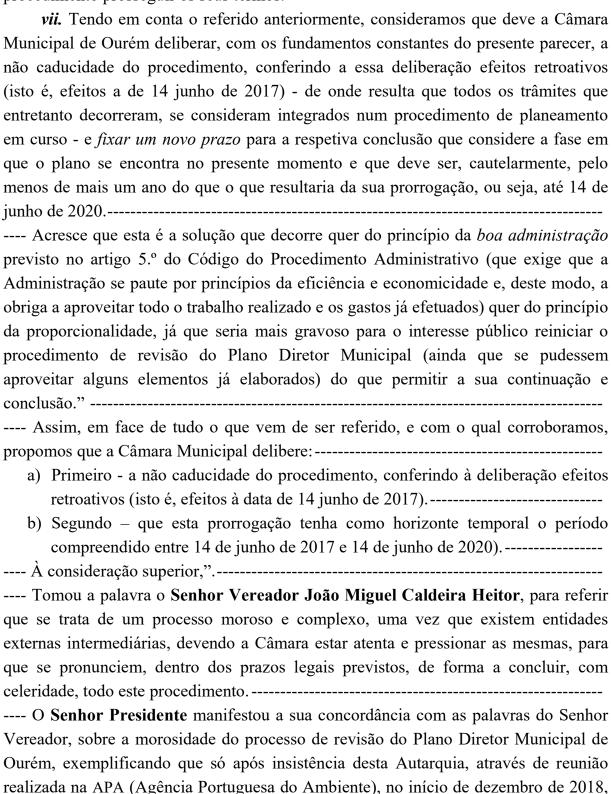




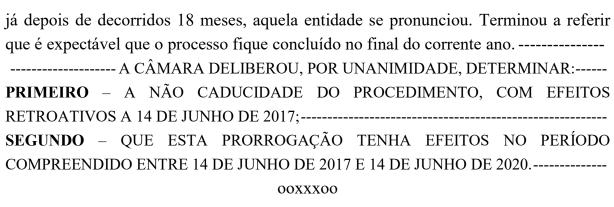
---- Por isso, ainda que tenhamos vindo a afirmar que esta caducidade opera *ope legis*, temos igualmente considerado que, decorrido que seja o prazo de elaboração do plano sem que ele se encontre em vigor, pode a entidade responsável pela sua elaboração (no caso a Câmara Municipal) deliberar a não caducidade do procedimento, invocando os fundamentos justificativos para tal, e prorrogar tal prazo ou, nos casos em que tal prazo foi fixado antes do Decreto-Lei n.º 80/2015, fixar um novo prazo que considere a fase em que o plano se encontra nesse momento. Só assim se evitará que de uma previsão legal que tem intuitos perfeitamente justificados — de disciplinar os



procedimentos de elaboração de planos — resultem mais prejuízos que benefícios, sendo preferível, até por respeito aos ditames da proporcionalidade, deixar o procedimento prosseguir os seus termos.-----







000

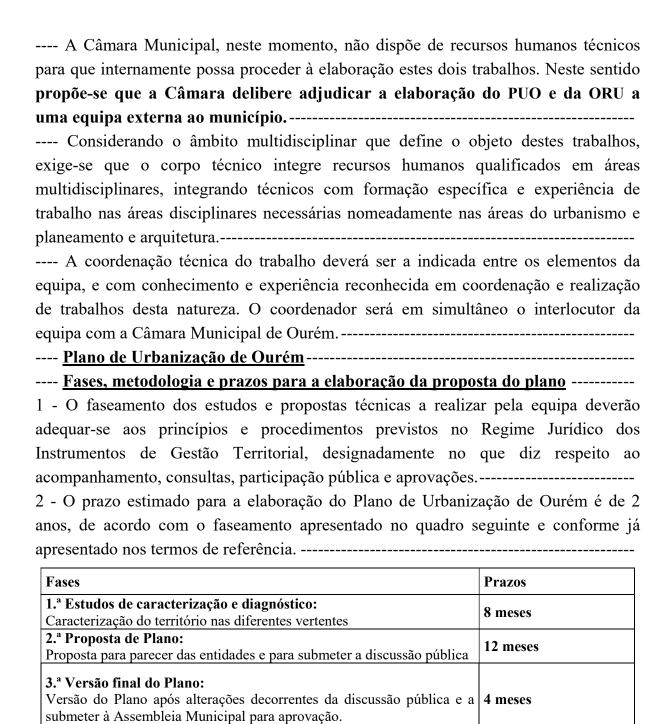
## <u>PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OURÉM E OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA</u> ------

---- No âmbito do assunto mencionado em epígrafe, foi apresentada a informação n.º 64/2018/DOT/cm0579, de 14 de dezembro findo, da **Chefe da Divisão de Ordenamento do Território**, que se passa a transcrever: "Na sequência da deliberação de Câmara de 03 de dezembro de 2018, relativa à elaboração do Plano de Urbanização de Ourém (PUO) é elaborada a presente informação no sentido de complementar o documento já elaborado (termos de referência e oportunidade de elaboração) anexo da informação n.º 61/2018/DOT/cm0579 – SGD n.º 41965/2018, assim como elaborar os termos de referência relativa à Operação de Reabilitação Urbana (ORU), informação n.º 60/2018/DOT/cm0579 – SGD n.º 41917/2018.------------

#### ---- As presentes clausulas técnicas/termos de referência visam: -----

- ---- Face ao atrás referido a informação divide-se em duas partes, uma primeira, referente ao PUO e em complemento aos termos de referência já aprovados em reunião de Câmara de 03 de dezembro de 2018, e uma segunda com os termos de referência da ORU, em complemento a informação n.º 60/2018/DOT/cm0579 SGD n.º 41917/2018.
- ---- Constituição da equipa técnica -----





---- As fases acima identificadas devem ter os seguintes conteúdos:-----

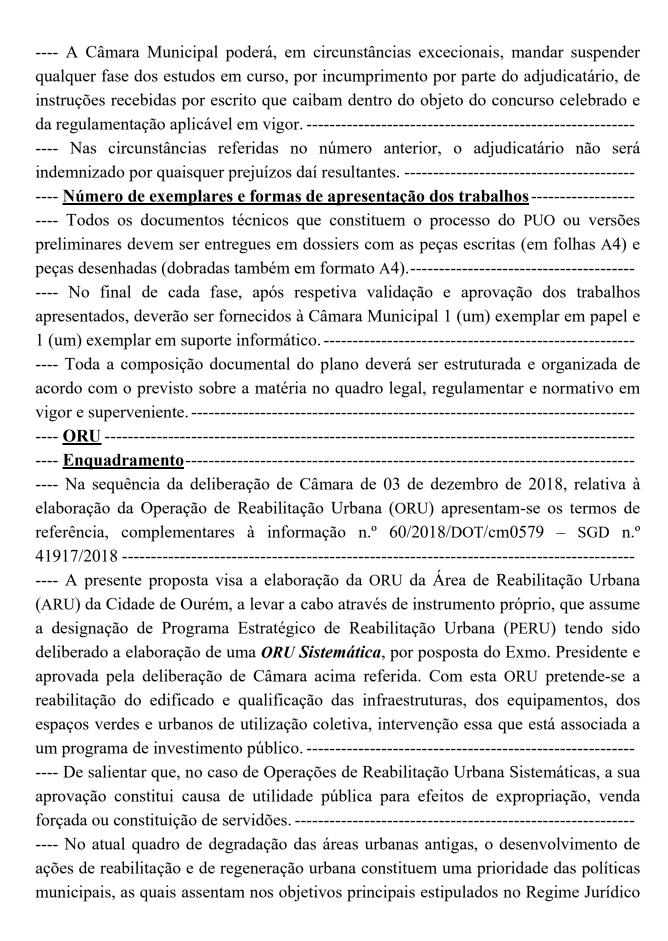
Fases	Conteúdo
1.ª Estudos de Caracterização:	,
differences vertences	Diagnóstico prospetivo
	Estratégia e objetivos



	Zonamento prévio (qualificação do solo)	
	Proposta do Plano:	
2.ª Proposta de Plano: Proposta para avaliação com as entidades e para submeter a discussão pública	<ul> <li>Regulamento</li> </ul>	
	Planta de zonamento	
	Planta de condicionantes	
	<ul> <li>Relatório</li> </ul>	
	<ul> <li>Programa de execução</li> </ul>	
	<ul> <li>Plano de financiamento</li> </ul>	
	Planta de enquadramento regional	
	<ul> <li>Planta da situação existente</li> </ul>	
	<ul> <li>Indicadores qualitativos e quantitativos para avaliação</li> </ul>	
3.ª Versão final do Plano: Versão do Plano após alterações decorrentes da discussão pública e a	Relatório de ponderação dos resultados da discussão pública	
submeter à Assembleia Municipal para aprovação.	Versão final do Plano	

#### ---- Obrigações da Câmara Municipal --------- A Câmara Municipal proporcionará apoio à equipa técnica, para elaboração do PUO, nos moldes que vierem a ser estipulados no contrato, designadamente: ----a) Fornecer à equipa técnica toda a informação e documentação disponíveis que o município decida ser necessária e adequada para o desenvolvimento da execução da prestação de serviços; -----b) Promover as diligências que lhe sejam solicitadas pela equipa técnica, no que respeita a pedido de informações, reuniões e/ou audiências internas ou externas; -----c) Apoiar, se solicitado nesse sentido, a intervenção da equipa técnica junto das entidades oficiais, das quais seja necessário obter quaisquer elementos indispensáveis à execução da prestação de serviços, e, se necessário, credenciá-la para a realização de quaisquer diligências junto dessas entidades;----d) Transmitir à equipa técnica todas as informações com relevância para o processo de planeamento que venham ao seu conhecimento; -----e) Solicitar pareceres técnicos à equipa, no caso da aprovação de obras que possam afetar o desenvolvimento dos trabalhos, bem como informar esta quando tais pareceres não venham a ser seguidos; -----f) Acompanhar e validar todas as fases da execução da prestação de serviços.--------- Obrigações da equipa técnica -----

---- A equipa técnica, para além dos elementos e diligências previsto na lei, no caderno de encargos e o estipulado em cláusulas contratuais, obriga-se ao seguinte:----a) Reconhecer localmente o território objeto de intervenção e proceder ao levantamento de dados necessários à execução da prestação de serviços, articulando o seu desenvolvimento com as políticas públicas e atuações administrativas em matéria de solos, ordenamento do território, urbanismo e ambiente; -----b) Cumprir o plano de trabalhos apresentado com as respetivas etapas, fases e calendarização; -----c) Executar os trabalhos nas condições de preço contratadas, assumindo plena responsabilidade pelos trabalhos apresentados; -----d) Definir, em articulação com a Câmara Municipal, qual o âmbito das operações urbanísticas municipais e particulares sujeitas a parecer prévio por parte da equipa, enquadradas nas medidas preventivas, por poderem vir a afetar o desenvolvimento e execução do plano, bem como o processamento dessa apreciação; -----e) Emitir parecer, em articulação com a Câmara Municipal, sobre a localização e definição das eventuais condicionantes das operações urbanísticas atrás referidas, bem como todas as ações que, pela sua dimensão, fluxos gerados ou outros fatores, influenciem a estruturação e desenvolvimento da área em estudo; -----f) Transmitir à Câmara Municipal informações sobre problemas detetados ou sugestões sobre a eventual reformulação dos processos analisados no âmbito da assistência à gestão urbanística municipal;----g) Participar nas reuniões promovidas pela Câmara Municipal; -----h) Prestar apoio técnico à Câmara Municipal, até à publicação e depósito do plano, ficando a cargo da equipa técnica eventuais alterações necessárias após aprovação pela Assembleia Municipal.--------- Correção e retificação dos trabalhos --------- Se após a apresentação dos documentos constituintes de cada uma das fases, a Câmara Municipal concluir pela não conformidade dos trabalhos com as condições contratuais ou pela necessidade de complementar ou proceder a alterações devidamente fundamentadas, os mesmos serão devolvidos ao adjudicatário, que disporá de 15 (quinze) dias para sanar as insuficiências verificadas.--------- Assiste à Câmara Municipal, o direito de exigir ao adjudicatário, em qualquer momento, durante o prazo de vigência do contrato, a eliminação de erros, omissões ou deficiências dos documentos desenvolvidos no âmbito do trabalho adjudicado, da responsabilidade deste.-----





da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo DL.º 307/2009, de 23 de Outubro,
alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto, e nas orientações definidas pelo
próprio município, face às especificidades que caraterizam as áreas em questão, que
afunilaram estes objetivos gerais em objetivos estratégicos mais específicos, que se
enumeram:
1. Valorizar o legado edificado histórico-patrimonial da cidade de Ourém;
2. Reforçar a ligação da Vila Medieval com o Núcleo Histórico, no que assume
especial relevância e assumir ainda a Ribeira de Seiça como elemento
integrante e de continuidade na cidade;
3. Promover a dinamização e as visitas à Vila Medieval, no que merecerá especial
atenção a temática das acessibilidades;
4. Promover a vitalidade (uso e mistura de funções) do Núcleo Histórico da
Cidade pela:
4.1. Continuidade da reorganização física/funcional dos espaços públicos;
4.2. Reabilitar/revitalizar os edifícios públicos a usos que se considerem próprios;
4.3. Atração do esquema de incentivos à reabilitação e colocação no mercado
do edificado privado
5. Promover, relativamente à sua envolvente, a visibilidade e acesso ao Núcleo
Histórico da Cidade, no que será fundamental:
5.1 A reabilitação da Av. D. Nunes Álvares Pereira;
5.2 A promoção do conforto do atravessamento de peões entre o norte e o sul
da cidade
<u>Fases e Prazos para a elaboração da ORU</u>
A aprovação da delimitação da ARU caduca, se, no prazo de 3 anos, não for
aprovada a correspondente ORU, conforme artigo referido no 15.º do RJRU
A delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Ourém, foi publicada em Diário
da República, 2.ª série - N.º 71 de 12 de abril de 2016, sob o aviso n.º 4859/2016
Em reunião ordinária de 15 de setembro de 2016, foi publicada, nova delimitação,
em Diário da República, 2.ª série - N.º 237 de 13 de dezembro de 2016, edital n.º
1061/2016
Considerando o mencionado nos dois parágrafos anteriores foi solicitado, pelo
município à CCDR - LVT um parecer, sobre a contagem de prazo para aprovação da
ORU. Foi resposta da CCDR - LVT, que o prazo contará desde a última alteração
Face ao atrás exposto a elaboração da ORU deve ser concluída até 13 de
dezembro de 2019, pois caso contrário caducará a aprovação da delimitação da



ARU
A delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana determina a assunção pelo
Município da necessidade de congregar, nessa área, um conjunto de intervenções e
investimentos integrados, assegurando a salvaguarda do património edificado e o
desenvolvimento sustentável do respetivo território
Assim, a metodologia de trabalho compreende as seguintes fases e prazos:
Fase 1 – Levantamento e Diagnóstico físico, funcional e socioeconómico da ARU
<u>4 meses</u>
Análise do conjunto de elementos documentais e cartográficos disponíveis, num
processo de reconhecimento do território, com o objetivo de atingir um nível de
conhecimento sólido e pormenorizado das dinâmicas específicas dessa área. Esta fase
compreende:
1. Caraterização do território do ponto de vista das suas especificidades;
2. Caraterização urbanística, nomeadamente a identificação do estado de
conservação dos edifícios (apenas pela observação exterior) e do espaço público
bem como a identificação dos constrangimentos e das oportunidades existentes
nomeadamente a análise dos edifícios em mau e péssimo estado de conservação
quanto ao valor patrimonial/histórico ou arquitetónico (do todo ou de partes);
3. Análise de documentos estratégicos e instrumentos de gestão territorial em
vigor, em elaboração ou revisão, com impacto na área de intervenção e que se
revelem importantes para a definição da estratégia a desenvolver;
4. Elaboração de um diagnóstico sob a ótica urbanística e socioeconómica
permitindo a aferição dos objetivos e orientações estratégicas para a regeneração e
valorização da Cidade de Ourém
<u>Fase 2 – Proposta da ORU/ Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – 4</u>
meses
Este Programa Estratégico deve:
1. Apresentar as opções estratégicas de reabilitação e de revitalização da área de
reabilitação urbana, compatíveis com as opções de desenvolvimento do município;
2. Estabelecer o prazo de execução da operação de reabilitação urbana;
3. Definir as prioridades e especificar os objetivos a prosseguir na execução da
operação de reabilitação urbana;
4. Estabelecer o programa da operação de reabilitação urbana, identificando as
ações estruturantes de reabilitação urbana a adotar, distinguindo, nomeadamente
as que têm por objeto os edifícios, as infraestruturas urbanas, os equipamentos, os
espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, e as atividades económicas;



5.	5. Determinar o modelo de gestão da área de reabilitação urbana e de execução da				
re	respetiva operação de reabilitação urbana;				
6.	6. Apresentar um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação				
ex	ecutadas pelos proprietários e demais titulares de	direitos e indicar soluç	ões de		
fiı	financiamento das ações de reabilitação;				
7.	Descrever um programa de investimento público	onde se discriminem as	ações		
de	de iniciativa pública necessárias ao desenvolvimento da operação;				
8.	8. Definir o programa de financiamento da operação de reabilitação urbana, o				
qu	qual deve incluir uma estimativa dos custos totais da execução da operação e a				
id	identificação das potenciais fontes de financiamento				
<u>Fa</u>	se 3 – Versão final da ORU (após discussão públic	<u>ca)</u> – 1 m <b>ês</b>			
E	sta fase inclui o relatório de ponderação das	participações, para aléi	n dos		
eleme	ntos da 2.ª fase adaptados em conformidade com e	ssa ponderação			
Em resumos temos:					
	Fases	Prazos			
	13 T				

Fases	Prazos
<b>1.</b> <sup>a</sup> - Levantamento e Diagnóstico físico, funcional e socioeconómico da ARU	4 meses
<b>2.</b> <sup>a</sup> - Proposta da ORU/ Programa Estratégico de Reabilitação Urbana	4 meses
3.ª - Versão final da ORU (após discussão pública)	1 meses

Obrigações da câmara Municipal
O Município de Ourém designará um técnico para o acompanhamento dos
trabalhos, tendo como funções:
<ul> <li>Acompanhar a elaboração dos estudos correspondentes a cada uma das fases;</li> </ul>
<ul> <li>Apoiar a equipa adjudicatária na recolha da informação e nos contactos com o</li> </ul>
Município de Ourém e demais entidades
O adjudicante disponibilizará toda a informação de que dispõe e providenciará
no sentido de ser garantido ao adjudicatário o acesso à informação e à colaboração
dos serviços municipais, designadamente:
- <u>Cartografia à escala 1:10000</u> (SCN10K) homologada em 23.12.2015 – processo n.º
322 (precisão planimétrica <= 1.50 m; precisão altimétrica: 1.70 m) OU
- Cartografia à escala 1:2000 homologada em 30.06.2016 – processo n.º 343
(precisão planimétrica: 0.25 m; precisão altimétrica: 0.34 m)
- Levantamento dos edificios identificados como em mau estado de conservação e

como péssimos/ruínas;
- Dados estatísticos por subsecção estatística da área de intervenção;
- Instrumentos de gestão territorial a observar;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU);
- Outros elementos de interesse, nomeadamente plantas antigas, planos ou estudos
existentes para as áreas de intervenção
Obrigações da equipa técnica
A equipa técnica, para além dos elementos e diligências previsto na lei, no caderno
de encargos e o estipulado em cláusulas contratuais, obriga-se ao seguinte:
a) Reconhecer localmente o território objeto de intervenção e proceder ao
levantamento de dados necessários à execução da prestação de serviços;
b) Cumprir o plano de trabalhos apresentado com as respetivas etapas, fases e calendarização;
c) Executar os trabalhos nas condições de preço contratadas, assumindo plena
responsabilidade pelos trabalhos apresentados;
d) Participar nas reuniões promovidas pela Câmara Municipal;
e) Prestar apoio técnico à Câmara Municipal, até à publicação da ORU
A equipa adjudicatária deverá reunir com o representante do Município de Ourém
no início dos trabalhos e aquando da entrega de cada uma das fases,
independentemente de outras reuniões que possam ser solicitadas por cada uma das
partes
O adjudicatário obriga-se a executar todos os trabalhos enumerados no contrato e
processo de concurso, competindo-lhe ainda realizar, sem direito a aumento de preço,
todas as alterações impostas por pareceres oficiais na fase de apreciação da ORU
<u>Correção e retificação dos trabalhos</u>
Se após a apresentação dos documentos constituintes de cada uma das fases, a
Câmara Municipal concluir pela não conformidade dos trabalhos com as condições
contratuais ou pela necessidade de complementar ou proceder a alterações
devidamente fundamentadas, os mesmos serão devolvidos ao adjudicatário, que
disporá de 15 (quinze) dias para sanar as insuficiências verificadas
Assiste à Câmara Municipal, o direito de exigir ao adjudicatário, em qualquer
momento, durante o prazo de vigência do contrato, a eliminação de erros, omissões ou
deficiências dos documentos desenvolvidos no âmbito do trabalho adjudicado, da
responsabilidade deste
A Câmara Municipal poderá, em circunstâncias excecionais, mandar suspender
qualquer fase dos estudos em curso, por incumprimento por parte do adjudicatário, de



instruções recebidas por escrito que caibam dentro do objeto do concurso ce	elebrado e
da regulamentação aplicável em vigor	
Nas circunstâncias referidas no número anterior, o adjudicatário	não será
indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes	
Número de exemplares e formas de apresentação dos trabalhos	
Todos os documentos técnicos que constituem o processo da ORU o	u versões
preliminares devem ser entregues em dossiers com as peças escritas (em fol-	has A4) e
peças desenhadas (dobradas também em formato A4)	
No final de cada fase, após respetiva validação e aprovação dos	trabalhos
apresentados, deverão ser fornecidos à Câmara Municipal 1 (um) exemplar e	m papel e
1 (um) exemplar em suporte informático	
Toda a composição documental do documento deverá ser estruturada e o	rganizada
de acordo com o previsto sobre a matéria no quadro legal, regulamentar e n	normativo
em vigor e superveniente	
Preço base e Plano de pagamento:	
O preço base da aquisição de serviços diz respeito em simultâneo à elab-	
Plano de Urbanização de Ourém e à Operação de Reabilitação Urbana, no	valor de
74 500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor	
Os honorários devem ser pagos nas seguintes prestações:	
1.ª prestação - Com a apresentação da 1.ª Fase da ORU20	0%
2.ª prestação - Com a apresentação da 1.ª Fase do PUO30	)%
3.ª prestação - Com a apresentação da 2.ª Fase da ORU1	0%
4.ª prestação - Com a apresentação da 2.ª Fase do PUO20	)%
5.ª prestação - Com a apresentação da 3.ª Fase da ORU	5%
6.ª prestação - Com a apresentação da 3.ª Fase do PUO1:	5%
Conclusão:	
Fase ao exposto, remete-se a presente informação à consideração do Ext	mo. Vice-
Presidente, para remeter a reunião de Câmara para deliberar quanto a:	
1. adjudicar a elaboração do Plano de Urbanização de Ourém e da elab	oração da
Operação de Reabilitação Urbana a uma equipa externa ao município;	
2. aprovar as clausulas técnicas referidas no presente documento."	
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORD	OAR COM



## PLANO DE URBANIZAÇÃO DE FÁTIMA --------- No âmbito do assunto mencionado em epígrafe, foi apresentada a informação n.º 66/2018/DOT/cm0579, de 17 de dezembro findo, da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, que se passa a transcrever: "Na sequência da deliberação de Câmara de 03 de dezembro de 2018, relativa à Revisão do Plano de Urbanização de Fátima (PUF) é elaborada a presente informação no sentido de complementar o documento já elaborado (termos de referência e oportunidade de elaboração) anexo da informação n.º 62/2018/DOT/cm0579 - SGD n.º 42137/2018.-------- <u>Constituição da equipa técnica</u> --------- A Câmara Municipal, neste momento, não dispõe de recursos humanos técnicos para que internamente proceda à elaboração da revisão do PUF. Neste sentido propõese que a Câmara delibere adjudicar a elaboração do PUF assim como a Avaliação Ambiental Estratégica a uma equipa externa ao município. --------- Considerando o âmbito multidisciplinar que define o objeto deste trabalho, exigese que o corpo técnico integre recursos humanos qualificados em áreas multidisciplinares, integrando técnicos com formação específica e experiência de trabalho nas áreas disciplinares necessárias nomeadamente nas áreas do urbanismo, planeamento e arquitetura.--------- A coordenação técnica do trabalho deverá ser a indicada entre os elementos da equipa, e com conhecimento e experiência reconhecida em coordenação e realização de trabalhos desta natureza. O coordenador será em simultâneo o interlocutor da equipa com a Câmara Municipal de Ourém. --------- Fases, metodologia e prazos para a elaboração da proposta do plano ------1 - O faseamento dos estudos e propostas técnicas a realizar pela equipa deverão adequar-se aos princípios e procedimentos previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, designadamente no que diz respeito ao acompanhamento, consultas, participação pública e aprovações.-----2 - O prazo estimado para a revisão do Plano de Urbanização de Fátima é de 2 anos, de acordo com o faseamento apresentado no quadro seguinte e conforme já apresentado nos termos de referência. ------**Fases Prazos** 1.ª Estudos de caracterização e diagnóstico: 8 meses Caracterização do território nas diferentes vertentes 2.ª Proposta de Plano: Proposta para parecer das entidades e para submeter a 12 meses

discussão pública



### 3.ª Versão final do Plano:

Versão do Plano após alterações decorrentes da discussão pública e a submeter à Assembleia Municipal para aprovação.

4 meses

---- As fases acima identificadas devem ter os seguintes conteúdos:-----

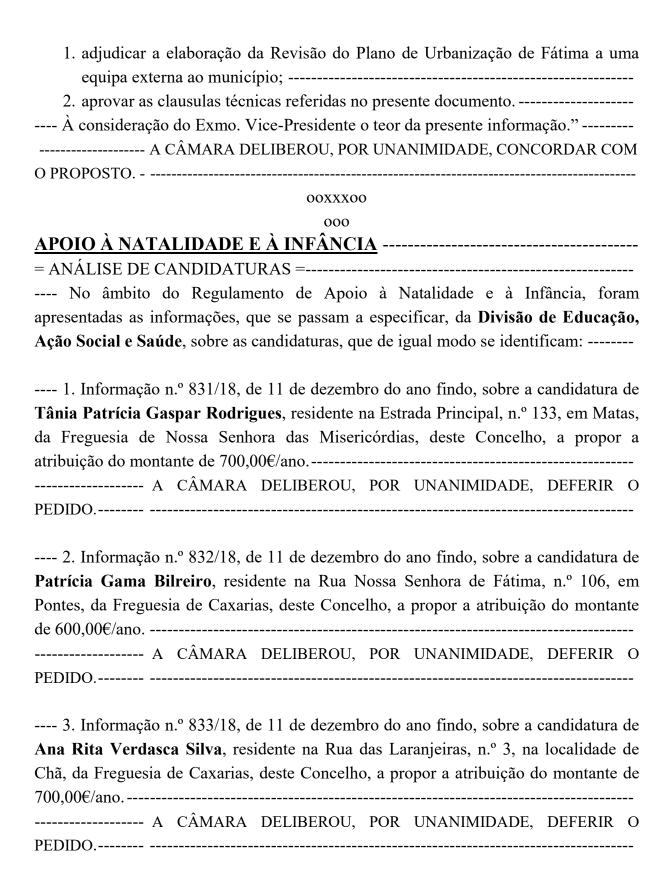
Fases	Conteúdo		
1 Estudos de	Estudos de caracterização		
Caracterização: Caracterização do território nas diferentes vertentes	Diagnóstico prospetivo		
	Estratégia e objetivos		
	Zonamento prévio (qualificação do solo)		
	Proposta do Plano:		
2 Proposta de Plano: Proposta para avaliação com as entidades para submeter a discussão pública. Inclui-se nesta 2.ª fase a AAE	<ul> <li>Regulamento</li> <li>Planta de zonamento</li> <li>Planta de condicionantes</li> <li>Relatório</li> <li>Programa de execução</li> <li>Plano de financiamento</li> <li>Planta de enquadramento regional</li> <li>Planta da situação existente</li> <li>Indicadores qualitativos e quantitativos para avaliação</li> </ul>		
<b>3 Versão final do Plano:</b> Versão do Plano após alterações decorrentes da discussão pública e	Relatório de ponderação dos resultados da discussão pública		
a submeter à Assembleia Municipal para aprovação.	Versão final do Plano		

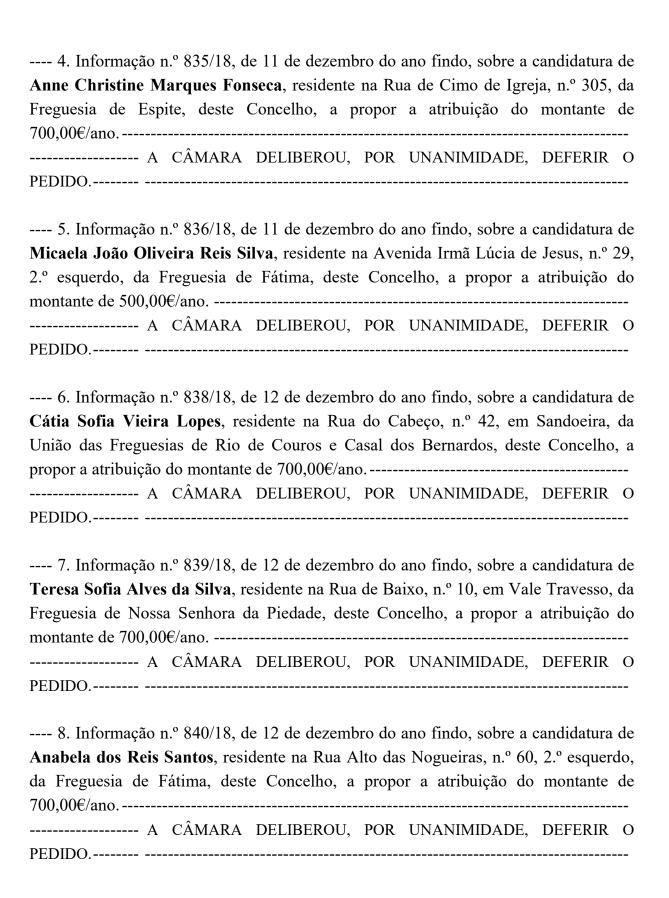
### ---- Obrigações da Câmara Municipal -----

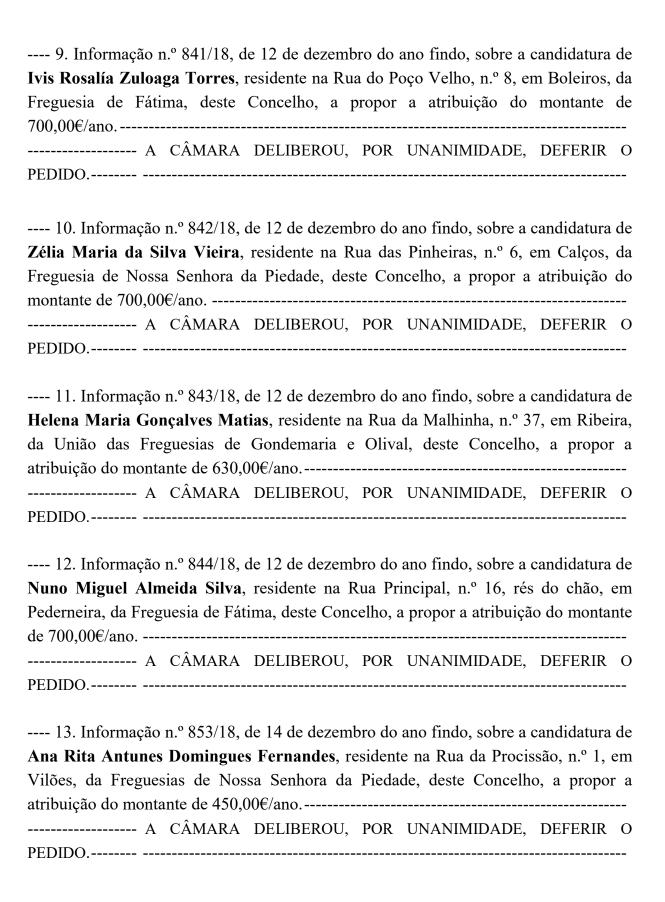
- ---- A Câmara Municipal proporcionará apoio à equipa técnica, para elaboração do PUF, nos moldes que vierem a ser estipulados no contrato, designadamente: -----
- b) Promover as diligências que lhe sejam solicitadas pela equipa técnica, no que respeita a pedido de informações, reuniões e/ou audiências internas ou externas; ------
- c) Apoiar, se solicitado nesse sentido, a intervenção da equipa técnica junto das entidades oficiais, das quais seja necessário obter quaisquer elementos indispensáveis

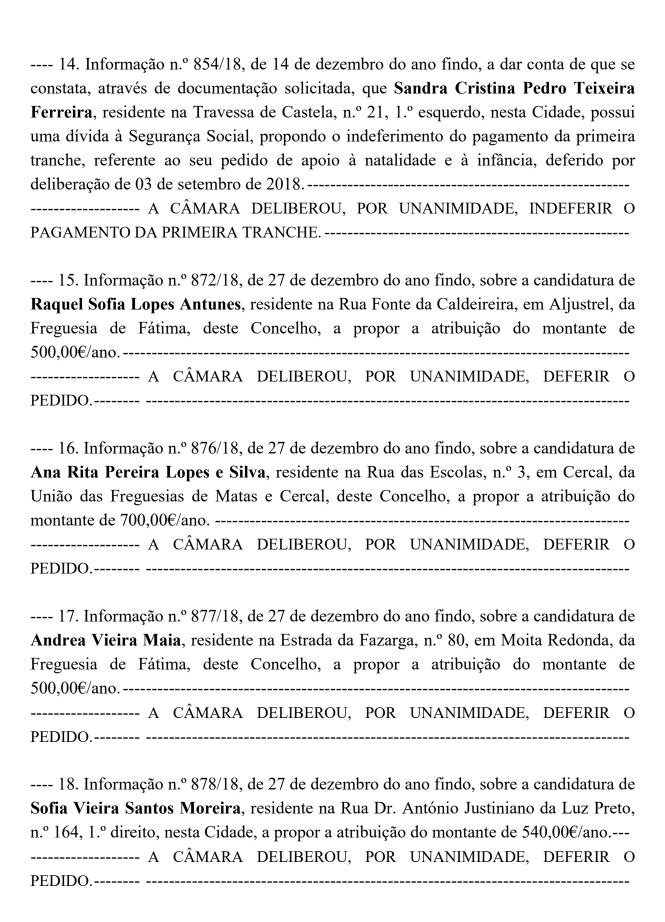
à execução da prestação de serviços, e, se necessário, credenciá-la para a realização de
quaisquer diligências junto dessas entidades;
d) Transmitir à equipa técnica todas as informações com relevância para o processo de
planeamento que venham ao seu conhecimento;
e) Solicitar pareceres técnicos à equipa, no caso da aprovação de obras que possam
afetar o desenvolvimento dos trabalhos, bem como informar esta quando tais pareceres
não venham a ser seguidos;
f) Acompanhar e validar todas as fases da execução da prestação de serviços
Obrigações da equipa técnica
A equipa técnica, para além dos elementos e diligências previsto na lei, no caderno
de encargos e o estipulado em cláusulas contratuais, obriga-se ao seguinte:
a) Reconhecer localmente o território objeto de intervenção e proceder ao
levantamento de dados necessários à execução da prestação de serviços, articulando o
seu desenvolvimento com as políticas públicas e atuações administrativas em matéria
de solos, ordenamento do território, urbanismo e ambiente;
b) Cumprir o plano de trabalhos apresentado com as respetivas etapas, fases e
calendarização;
c) Executar os trabalhos nas condições de preço contratadas, assumindo plena
responsabilidade pelos trabalhos apresentados;
d) Definir, em articulação com a Câmara Municipal, qual o âmbito das operações
urbanísticas municipais e particulares sujeitas a parecer prévio por parte da equipa,
enquadradas nas medidas preventivas, por poderem vir a afetar o desenvolvimento e
execução do plano, bem como o processamento dessa apreciação;
e) Emitir parecer, em articulação com a Câmara Municipal, sobre a localização e
definição das eventuais condicionantes das operações urbanísticas atrás referidas, bem
como todas as ações que, pela sua dimensão, fluxos gerados ou outros fatores,
influenciem a estruturação e desenvolvimento da área em estudo;
f) Transmitir à Câmara Municipal informações sobre problemas detetados ou
sugestões sobre a eventual reformulação dos processos analisados no âmbito da
assistência à gestão urbanística municipal;
g) Participar nas reuniões promovidas pela Câmara Municipal;
h) Prestar apoio técnico à Câmara Municipal, até à publicação e depósito do plano,
ficando a cargo da equipa técnica eventuais alterações necessárias após aprovação pela
Assembleia Municipal
Correção e retificação dos trabalhos

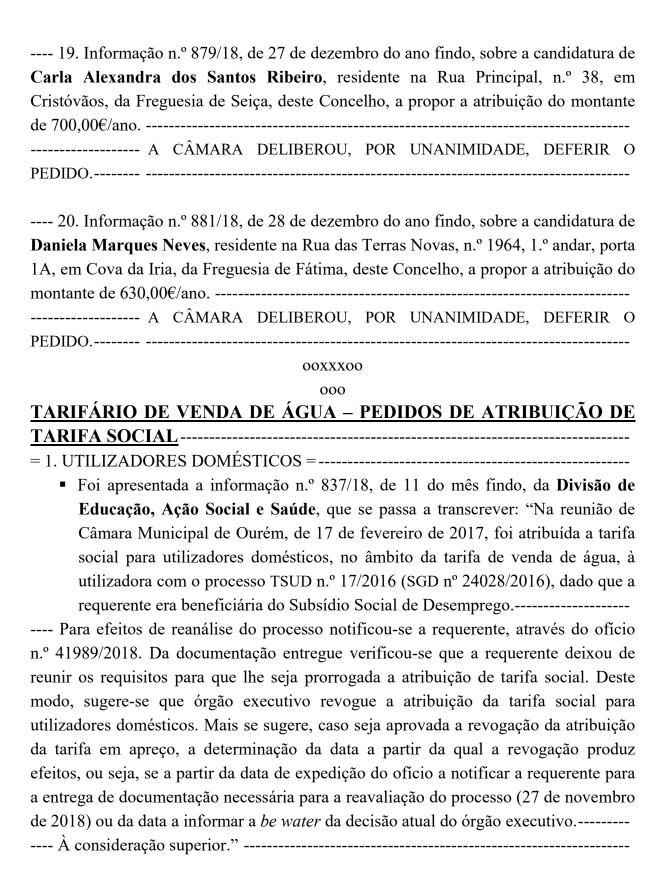
Se após a apresentação dos documentos constituintes de cada uma das fases, a Câmara Municipal concluir pela não conformidade dos trabalhos com as condições contratuais ou pela necessidade de complementar ou proceder a alterações
devidamente fundamentadas, os mesmos serão devolvidos ao adjudicatário, que
disporá de 15 (quinze) dias para sanar as insuficiências verificadas
Assiste à Câmara Municipal, o direito de exigir ao adjudicatário, em qualquer
momento, durante o prazo de vigência do contrato, a eliminação de erros, omissões ou
deficiências dos documentos desenvolvidos no âmbito do trabalho adjudicado, da
responsabilidade deste
A Câmara Municipal poderá, em circunstâncias excecionais, mandar suspender
qualquer fase dos estudos em curso, por incumprimento por parte do adjudicatário, de
instruções recebidas por escrito que caibam dentro do objeto do concurso celebrado e
da regulamentação aplicável em vigor
Nas circunstâncias referidas no número anterior, o adjudicatário não será
indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes.
Número de exemplares e formas de apresentação dos trabalhos
Todos os documentos técnicos que constituem o processo do PUF ou versões
preliminares devem ser entregues em dossiers com as peças escritas (em folhas A4) e
peças desenhadas (dobradas também em formato A4)
No final de cada fase, após respetiva validação e aprovação dos trabalhos
apresentados, deverão ser fornecidos à Câmara Municipal 1 (um) exemplar em papel e
1 (um) exemplar em suporte informático
Toda a composição documental do plano deverá ser estruturada e organizada de
acordo com o previsto sobre a matéria no quadro legal, regulamentar e normativo em
vigor e superveniente
Preço base e Plano de pagamento:
O preço base da aquisição do serviço da Revisão do PUF e da Avaliação
Ambiental Estratégica é no valor de 45 000,00€ e 8 000,00€ respetivamente, acrescido
de IVA à taxa legal em vigor
Os honorários devem ser pagos nas seguintes prestações:
1.ª prestação - Com a apresentação da 1.ª Fase40%
2.ª prestação - Com a apresentação da 2.ª Fase40%
3.ª prestação - Com a apresentação da 3.ª Fase20%
<u>Conclusão:</u>
Fase ao exposto, remete-se a presente informação à consideração do Exmo. Vice-
Presidente, para remeter a reunião de Câmara para deliberar quanto a:



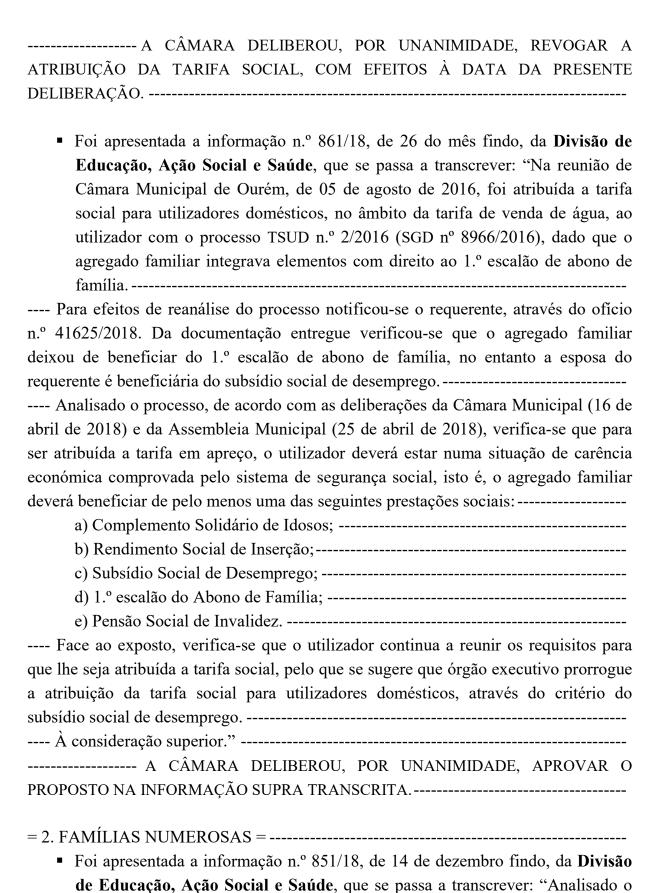




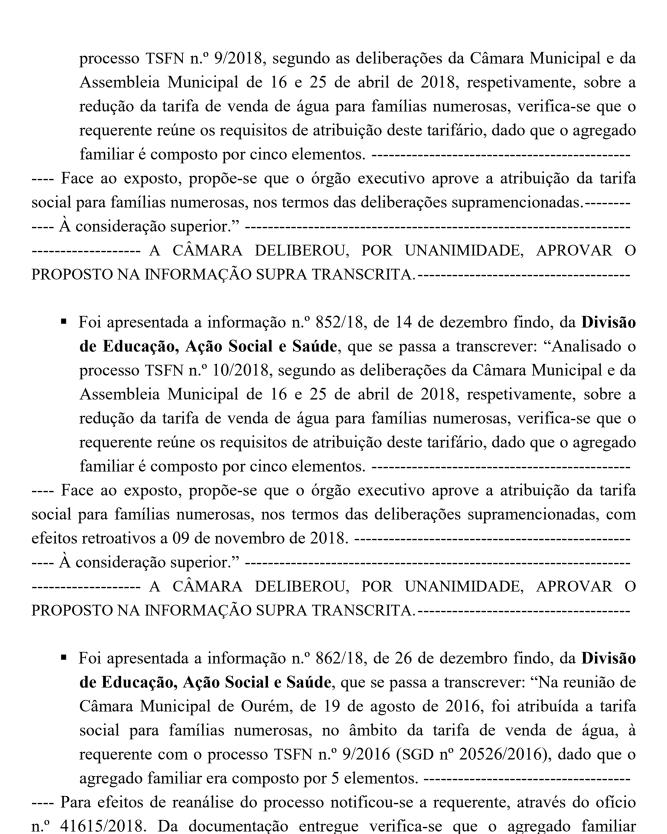




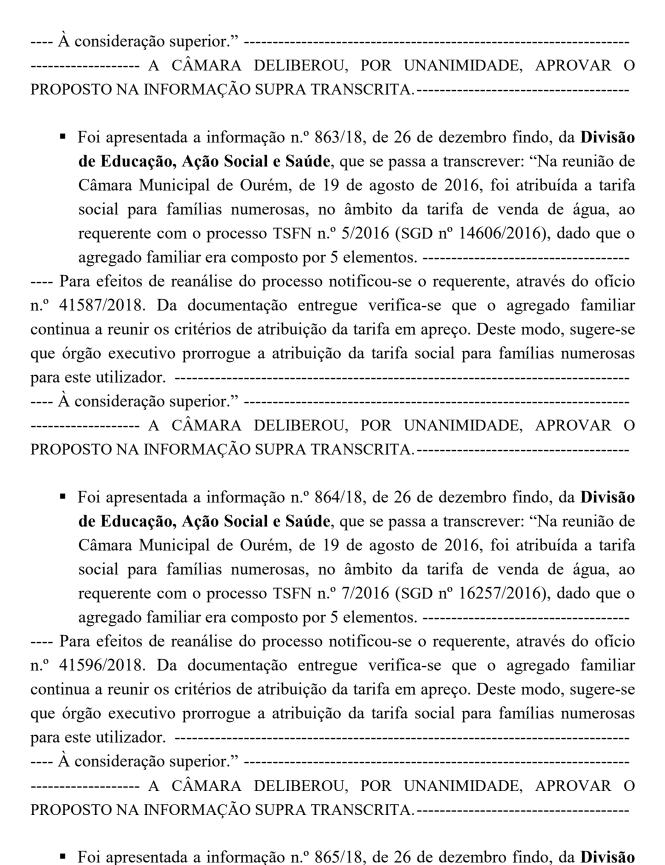






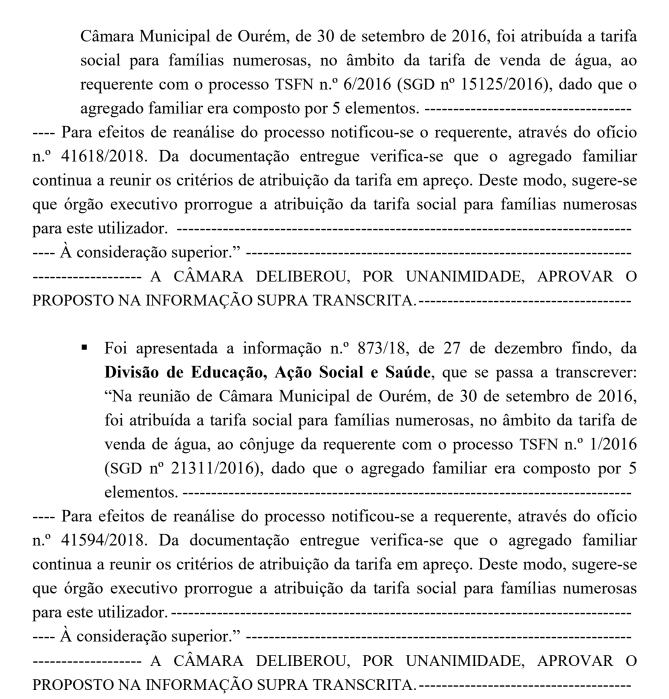






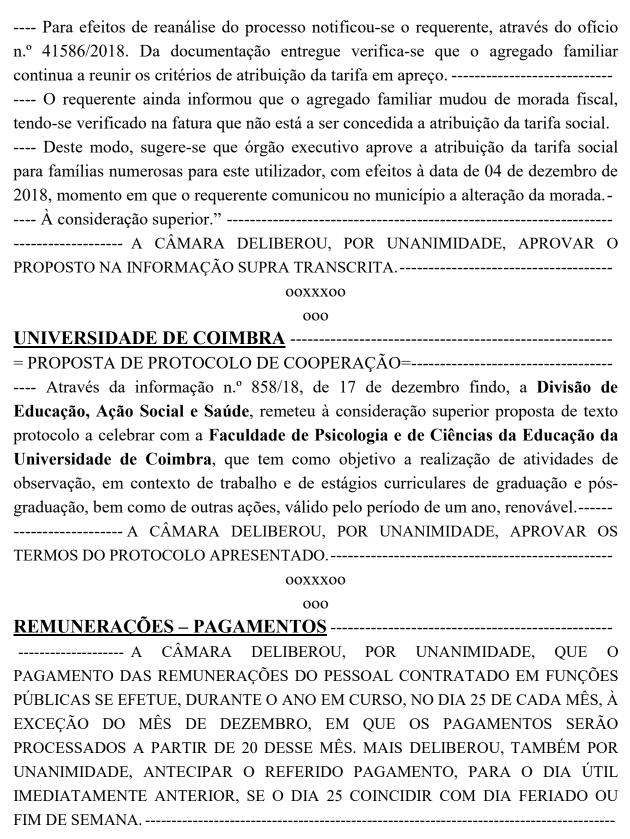
de Educação, Ação Social e Saúde, que se passa a transcrever: "Na reunião de



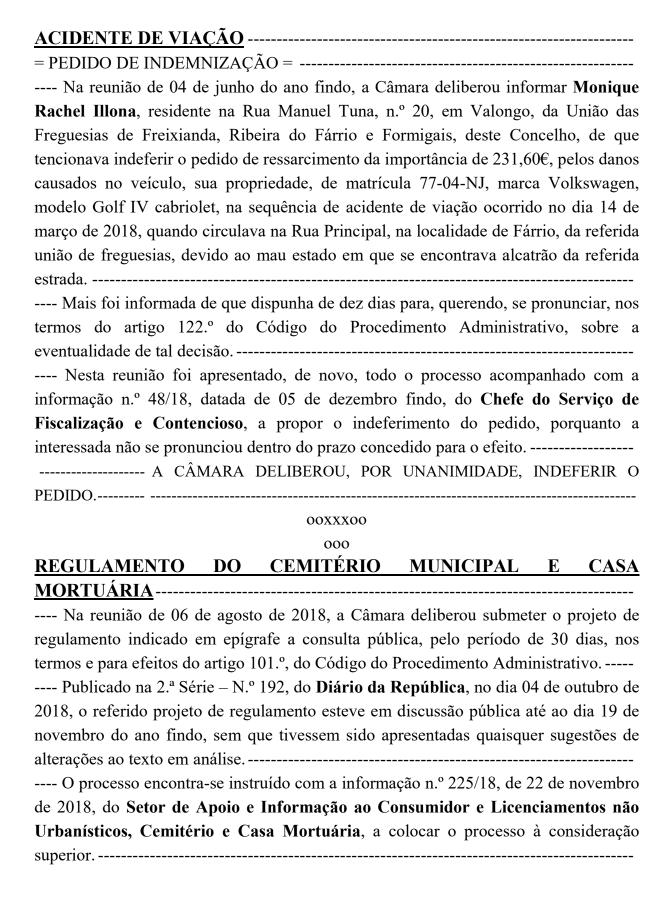


■ Foi apresentada a informação n.º 874/18, de 27 de dezembro findo, da **Divisão de Educação, Ação Social e Saúde**, que se passa a transcrever: "Na reunião de Câmara Municipal de Ourém, de 20 de janeiro de 2017, foi atribuída a tarifa social para famílias numerosas, no âmbito da tarifa de venda de água, ao requerente com o processo TSFN n.º 2/2016 (SGD nº 7966/2016), dado que o agregado familiar era composto por 5 elementos.---

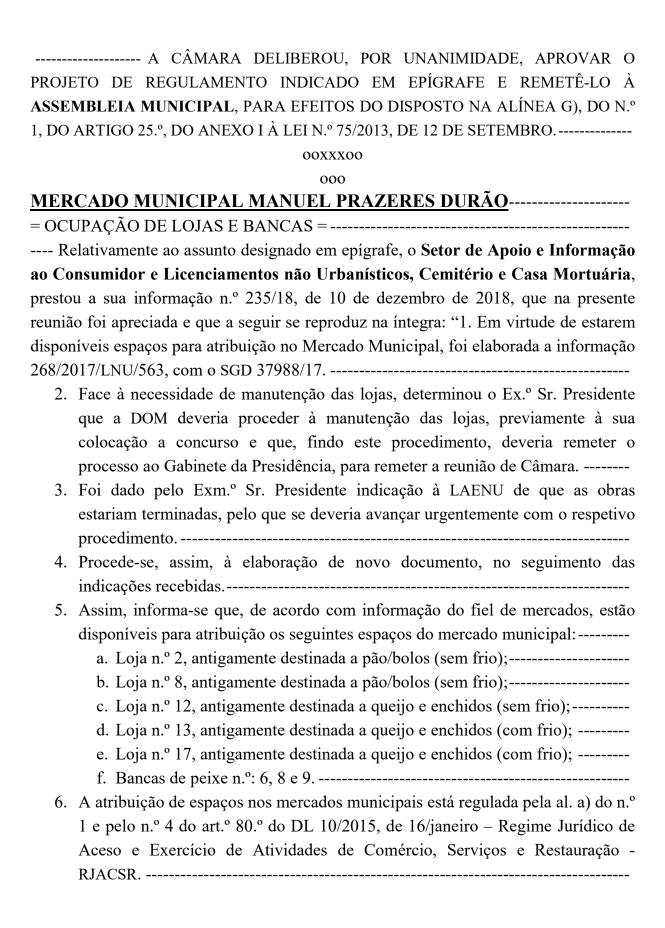




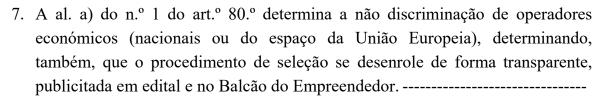






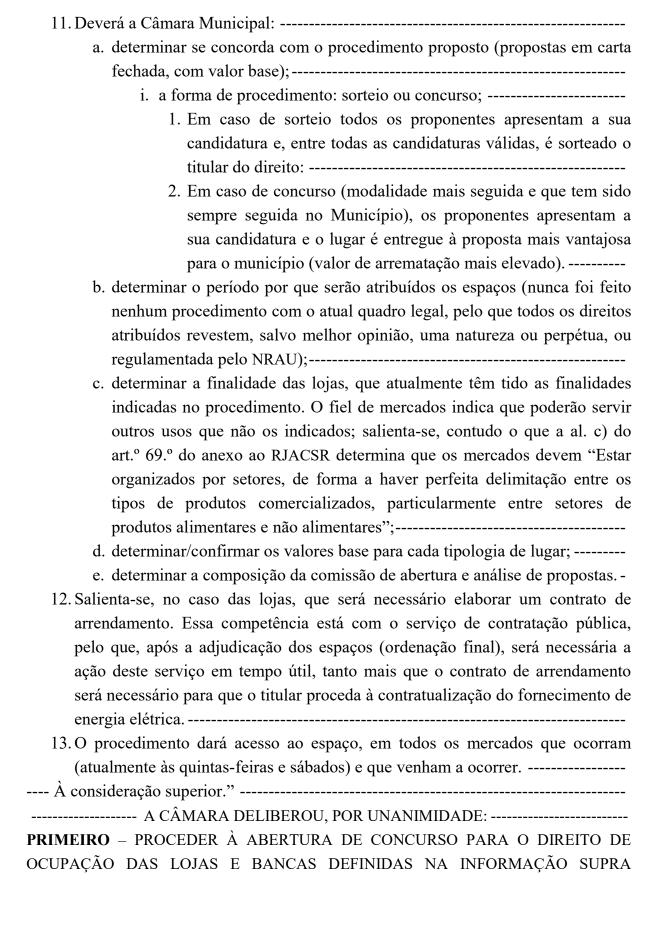




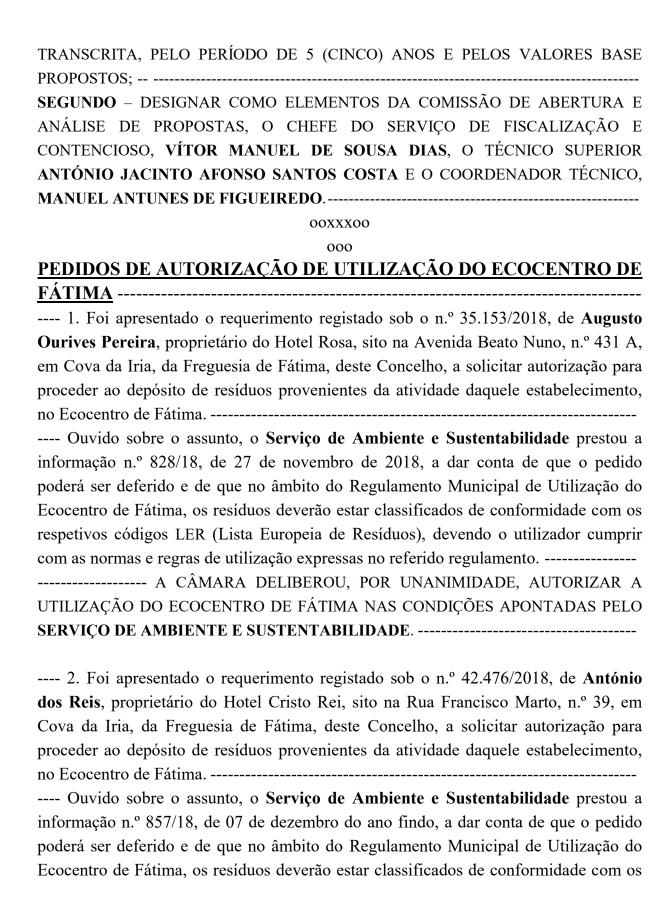


- - a. (i): a atribuição não poderá ser realizada por tempo indeterminado; deverá ser definido superiormente um período pelo qual o direito será atribuído ao titular, de forma a que o lugar -seja ele banca, terrado ou loja-, periodicamente, seja colocado a concurso, permitindo, periodicamente, a alternância de titulares;-------
  - b. (ii): a o titular do espaço terá que liquidar uma taxa, já definida em Regulamento, pelo direito que adquiriu;------
  - c. (iii): findo o período determinado superiormente, o titular do direito não poderá ver o seu direito renovado; o mesmo terá que ser objeto de procedimento concursal; ------
  - d. (iv): findo o período determinado superiormente, não pode haver no procedimento quaisquer condições que permitam a transferência ou alargamento do direito para "para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária". ------
- 9. É de salientar que todos os direitos existentes no mercado são de natureza perpétua. Dito de outra forma, nunca foi realizado qualquer procedimento a coberto do atual quadro jurídico, pelo que os atuais titulares mantêm o caráter perpétuo da ocupação. ------
- 10. É ainda de acrescentar que, nos termos da al. c) do art.º 69.º do RJACSR, os mercados municipais devem estar "[...] organizados por setores, de forma a haver perfeita delimitação entre os tipos de produtos comercializados [...]", pelo que não deverá ocorrer a intercalação de tipos de produtos. ------

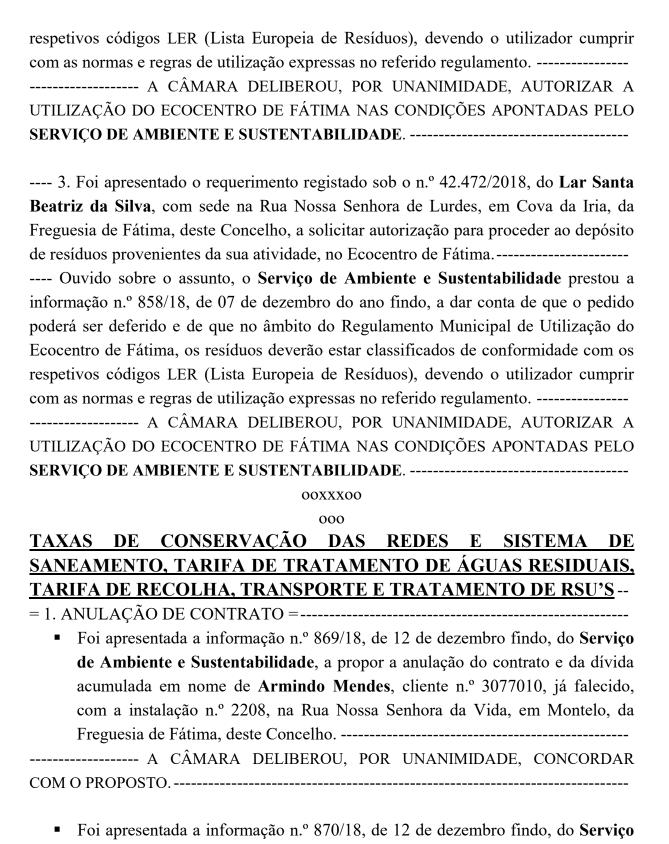






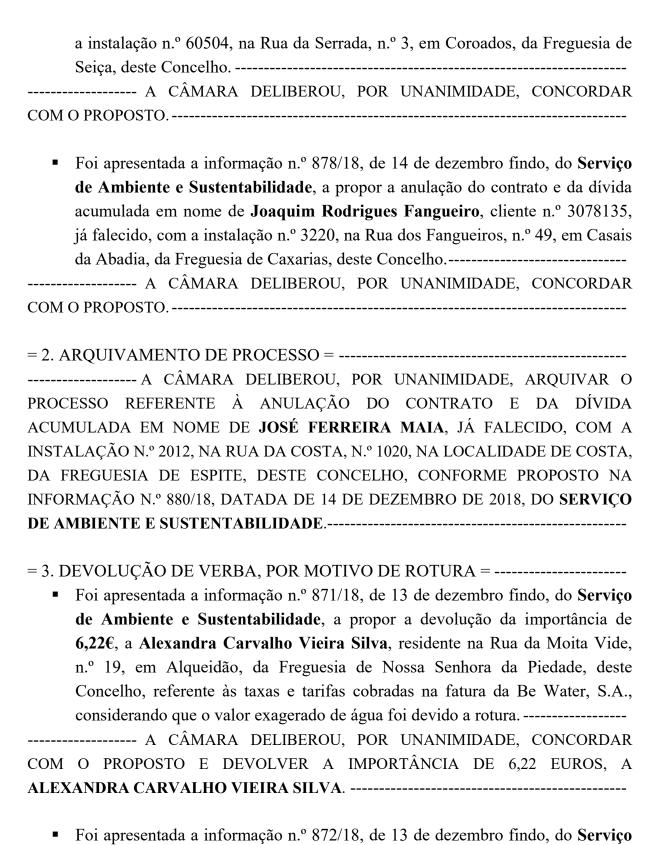






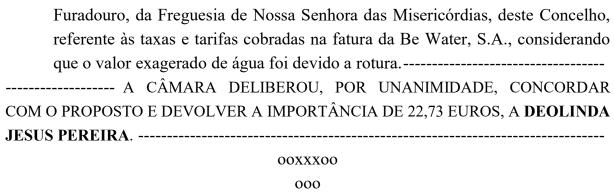
de Ambiente e Sustentabilidade, a propor a anulação do contrato e da dívida acumulada em nome de João Nunes Pereira do Vale, cliente n.º 3111033, com





de Ambiente e Sustentabilidade, a propor a devolução da importância de 22,73€, a Deolinda Jesus Pereira, residente na Rua da Arroteia, em Lagoa do



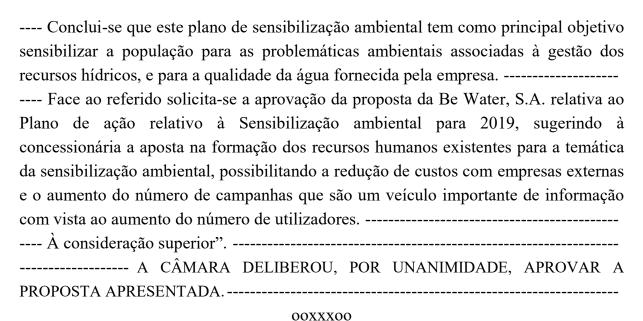


## AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL – 2019 -----

Ação	População alvo	Data	Valor
Mensagens de sensibilização produzidas por alunos, inscritas	Todos os	Todo o	0,00€
nas faturas enviadas aos utilizadores	utilizadores	ano	0,00 €
Mensagens sobre as obras a decorrer no âmbito do Plano de	Todos os	Todo o	0,00€
Investimentos, inscritas nas faturas enviadas aos utilizadores	utilizadores	ano	0,00 €
Programa Eco-Escolas: Partilha de conhecimentos básicos, relacionados com o ciclo da água, com abordagem da problemática da poluição dos recursos hídricos e da necessidade da reciclagem e reutilização de produtos	2º ciclo	A definir	50,00 €
Programa Eco-Escolas: Acompanhamento de 5 turmas do 8º ano, no âmbito dum projeto plurianual iniciado em 2015, com vista à medição de alterações comportamentais	3º ciclo	A definir	
Ação a desenvolver na Festa da Criança, com jogos didáticos sobre a preservação dos recursos hídricos do concelho	Comunidade Escolar	Maio	1.050,00€
Realização de ação destinada a alertar para os riscos de poluição dos recursos hídricos, a concretizar na Praia Fluvial do Agroal (a incluir no Programa Bandeira Azul)	Veraneantes	Época balnear	200,00 €
Palestra sobre preservação dos recursos hídricos no concelho, nomeadamente do aquífero de Ourém, convidando para o efeito o Sr. Paralta da Ecointegral e um representante da APA (a incluir no Programa Bandeira Azul)	Representantes de instituições e público em geral	A definir	200,00 €
Total			1.500,00€

Tabela 1 – Resumo das campanhas





000

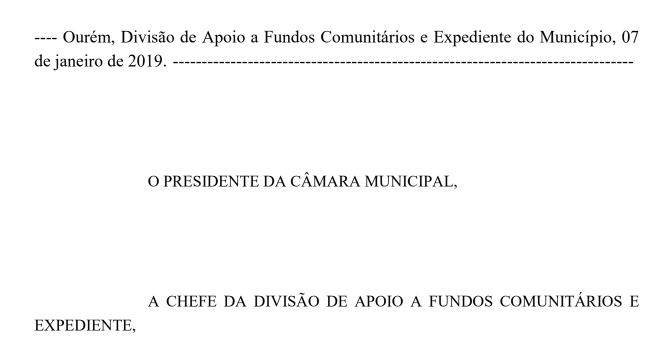
# REDUÇÃO EM 100% DO VALOR DA TARIFA DE LIGAÇÃO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS PARA 2019 -----

---- Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi apreciada a informação n.º 893/18, de 19 de dezembro findo, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade, que a seguir se reproduz na íntegra: "Enquadramento legal: Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 10/2009 (Estatuto jurídico da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.), uma das atribuições da ERSAR é "c) Emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários dos sistemas municipais com o estabelecido no regulamento tarifário e demais legislação aplicável, bem como fiscalizar e sancionar o seu incumprimento;" (n.º 3 do artigo 5º). --------- A Recomendação n.º 01/2009 – "Formação de Tarifários Aplicáveis aos Utilizadores Finais dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água para Consumo Humano, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos <u>Urbanos</u>" – aconselha uma gradual eliminação dos montantes cobrados pelos ramais de ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos de abastecimento e saneamento, uma vez que constituem "... um dos obstáculos à desejável universalização do acesso dos utilizadores a estes serviços, por razões sociais, ambientais e de saúde pública". ---------- Na estrutura recomendada, a ERSAR refere que a entidade gestora deve ficar obrigada a efetuar a execução, a manutenção e a renovação de ramais, incluindo a ligação do sistema público ao sistema predial, não devendo faturar estas atividades de forma especifica. Mais indica que, a evolução para uma situação de não cobrança de tarifas pela execução de ramais e pela ligação do sistema predial ao sistema público,



deve ocorrer de forma gradual, recomendando-se para o efeito a redução em 20 pontos percentuais em cada exercício económico, por forma a suprimir a cobrança destes valores num prazo máximo de cinco anos. --------- Proposta: Com a desejável universalização do acesso dos utilizadores ao serviço de saneamento de águas residuais, por razões sociais, ambientais e de saúde pública, vertida na estratégia da ERSAR, e em consonância com o ano anterior, propõe-se que se aplique em 2019, uma redução de 100% do valor da tarifa de ligação dos ramais (ligação às redes de esgotos domésticos). ---------- De acordo com o estipulado pela ERSAR, os encargos decorrentes desta redução deverão ser suportados pelo tarifário. Assim sendo, os ramais de ligação às redes de águas pluviais devem continuar a serem faturados na totalidade, porque não existe tarifário associado, sendo os custos usuais assumidos pelo Município. ---------- Conclusão: Face ao referido, solicita-se a aprovação de uma redução de 100% do valor da tarifa de ligação (ligação à rede de esgotos domésticos) a aplicar em 2019, com o fundamento do desejável acesso, de todos os cidadãos e empresas do concelho, ao serviço de saneamento prestado, indo também deste modo ao encontro da estratégia da ERSAR. ---------- À consideração superior,".------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR, PARA 2019, A REDUÇÃO, EM 100%, DO VALOR DA TARIFA DE LIGAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, NOS TERMOS MENCIONADOS NA INFORMAÇÃO SUPRA TRANSCRITA. -----ooxxxoo 000 APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES---------- AO ABRIGO DO PRECEITUADO NO N.º 3, DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E BEM ASSIM DO QUE DISPÕE O N.º 4. DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR, EM MINUTA, TODOS OS TEXTOS DAS DELIBERAÇÕES, PARA EFEITOS IMEDIATOS. -----ooxxxoo 000 ---- Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Chefe da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente. ------







# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 07/01/2019

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

### 1. PRESIDÊNCIA

### 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas:
  - 1. Reunião de Câmara, de 10 de dezembro de 2018;
  - 2. Reunião de Câmara, de 17 de dezembro de 2018.

### 1.2. GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO

- = Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima Alteração ao protocolo de colaboração Proposta n.º 2/2018, de 27 de dezembro findo, do Senhor Vereador Natálio de Oliveira Reis;
- = Criação do Conselho Municipal de Turismo Informação n.º 48/18, de 28 de dezembro findo, do Senhor Vereador Natálio de Oliveira Reis.

### 2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

#### 2.1. SETOR DE CONTABILIDADE

= Ourémviva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. – Encerramento da liquidação – Informação n.º 38/18, de 18 de dezembro findo, do Setor de Contabilidade.

#### 2.2. SETOR DE PATRIMÓNIO

- = Construção de nova captação de água em Casal Ribeiro União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos Aquisição de parcela de terreno em direito de superfície—Informação n.º 106/18, de 04 de dezembro findo, do Setor de Património;
- = Arrendamento de Edifício sito no Parque da Cidade António Teixeira Ata n.º 2, datada de 17 de dezembro de 2018, do Júri do procedimento.

## 2.3. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Listagem de ajustes diretos simplificados Novembro de 2018 Informação n.º 521/18, de 10 de dezembro findo, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);
- = P004/2016 Requalificação Urbana da Freguesia de Freixianda Libertação de garantias bancárias Informação n.º 522/18, de 11 de dezembro findo, do SCPA;
- = P152/2018 Serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua adaptação para espaços museológicos Relatório final, datado de 02 de janeiro corrente;
- = P164/2018 Aquisição de uma retroescavadora Informação n.º 454/18, de 25 de outubro de 2018, do Chefe do SCPA;



- = P166/2018 Aquisição de Serviços Financeiros através de um contrato de leasing para aquisição de uma retroescavadora Informação n.º 455/18, de 25 de outubro de 2018, do Chefe do SCPA;
- = P172/2018 Aquisição de Serviços para limpeza dos Corredores dos Emissários de Ourém
- Informação n.º 542/18, de 19 de dezembro findo, do SCPA;
- = P184/2018 Fornecimento de Gás Natural Informação n.º 534/18, de 14 de dezembro findo, do SCPA;
- = P203/2018 Serviços de Trabalho Temporário Contratação de 14 Recursos Humanos para os Agrupamentos de Escolas do Concelho, durante o mês de janeiro 2019:
  - 1. Informação n.º 548/18, de 27 de dezembro findo, do SCPA;
  - 2. Informação n.º 550/18, de 28 de dezembro findo, do SCPA.

### 3. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

- = P082/2017 Redes de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Cercal, Matas e Espite Suspensão da obra Informação n.º 864/18, de 04 de dezembro findo, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos (DOMSU);
- = Pedido de calçada Ofício n.º 273/2018, de 30 de outubro de 2018, da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a anexar pedido de Sérgio Filipe Serra Martins Vaz.

### 4. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Licenciamento de obra particular Requerimento registado sob o n.º 1146/2018, de António Lopes Rodrigues, acompanhado da informação n.º 173/2018/DOT/cm0758, de 13 de dezembro findo, da Divisão de Ordenamento do Território DOT;
- = Loteamento urbano Pedido de prorrogação de prazo para emissão de alvará Requerimento registado sob o n.º 2170/2018, da firma Earglow, Limitada, acompanhado da informação n.º 211/2018/DOT/cm0813, de 10 de dezembro findo, da DOT;
- = Pedido de destaque Requerimento registado sob o n.º 1971/2018, de António Júlio Lopes, acompanhado da informação n.º 363/2018/DOT/cm1151, de 10 de dezembro findo, da DOT;
- = Plano Diretor Municipal de Ourém Prorrogação de prazo Informação n.º 23/18/DOT/671, de 12 de dezembro findo, da DOT;
- = Plano de Urbanização de Ourém e Operação de Reabilitação Urbana Informação n.º 64/2018/DOT/cm0579, de 14 de dezembro findo, da Chefe da DOT;
- = Plano de Urbanização de Fátima Informação n.º 66/2018/DOT/cm0579, de 14 de dezembro findo, da Chefe da DOT.

## 5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Apoio à Natalidade e à Infância Análise de candidaturas:
  - 3. Informação n.º 831/18, de 11 de dezembro findo, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS);
  - 4. Informação n.º 832/18, de 11 de dezembro findo, da DEASS;
  - 5. Informação n.º 833/18, de 11 de dezembro findo, da DEASS;
  - 6. Informação n.º 835/18, de 11 de dezembro findo, da DEASS;
  - 7. Informação n.º 836/18, de 11 de dezembro findo, da DEASS;
  - 8. Informação n.º 838/18, de 12 de dezembro findo, da DEASS;
  - 9. Informação n.º 839/18, de 12 de dezembro findo, da DEASS;
  - 10. Informação n.º 840/18, de 12 de dezembro findo, da DEASS;
  - 11. Informação n.º 841/18, de 12 de dezembro findo, da DEASS;
  - 12. Informação n.º 842/18, de 12 de dezembro findo, da DEASS;
  - 13. Informação n.º 843/18, de 12 de dezembro findo, da DEASS;



- 14. Informação n.º 844/18, de 12 de dezembro findo, da DEASS;
- 15. Informação n.º 853/18, de 14 de dezembro findo, da DEASS;
- 16. Informação n.º 854/18, de 14 de dezembro findo, da DEASS;
- 17. Informação n.º 872/18, de 27 de dezembro findo, da DEASS;
- 18. Informação n.º 876/18, de 27 de dezembro findo, da DEASS;
- 19. Informação n.º 877/18, de 27 de dezembro findo, da DEASS;
- 20. Informação n.º 878/18, de 27 de dezembro findo, da DEASS;
- 21. Informação n.º 879/18, de 27 de dezembro findo, da DEASS;
- 22. Informação n.º 881/18, de 27 de dezembro findo, da DEASS;
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social:
  - 1. Utilizador doméstico:
    - Informação n.º 837/18, de 11 de dezembro findo, da DEASS;
    - Informação n.º 861/18, de 16 de dezembro findo, da DEASS;
  - 2. Famílias numerosas:
    - Informação n.º 851/18, de 14 de dezembro findo, da DEASS;
    - Informação n.º 852/18, de 14 de dezembro findo, da DEASS;
    - Informação n.º 862/18, de 26 de dezembro findo, da DEASS;
    - Informação n.º 863/18, de 26 de dezembro findo, da DEASS;
    - Informação n.º 864/18, de 26 de dezembro findo, da DEASS;
    - Informação n.º 865/18, de 26 de dezembro findo, da DEASS;
    - Informação n.º 873/18, de 27 de dezembro findo, da DEASS;
    - Informação n.º 874/18, de 27 de dezembro findo, da DEASS;
- = Universidade de Coimbra Proposta de protocolo de Cooperação Informação n.º 858/18, de 17 de dezembro findo, da DEASS.

## 6. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

## 6.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

= Remunerações – Pagamentos.

## 7. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidente de viação Pedido de indemnização Processo registado sob o n.º 10.293/2018, de Monique Rachel Illona, sobre acidente ocorrido na Rua Principal, na localidade de Fárrio, da União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, no dia 14/03/2018;
- = Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária Informação n.º 225/18, de 22 de novembro de 2018, do Setor de Apoio e Informação ao Consumidor e Licenciamentos não Urbanísticos, Cemitério e Casa Mortuária (SAICLnUCCM);
- = Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão Ocupação de lojas e bancas Informação n.º 235/18, de 10 de dezembro de 2018, do SAICLnUCCM.

### 8. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedidos de autorização de utilização do Ecocentro de Fátima:
  - 1.-Requerimento registado sob o n.º 35.153/2018, de Augusto Ourives Pereira;
  - 2.-Requerimento registado sob o n.º 42.476/2018, de António dos Reis;
  - 3.-Requerimento registado sob o n.º 42.472/2018, do Lar Santa Beatriz da Silva;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
  - 1. Anulação de contrato:



- Informação n.º 869/18, de 12 de dezembro findo, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
- Informação n.º 870/18, de 12 de dezembro findo, do SAS;
- Informação n.º 878/18, de 14 de dezembro findo, do SAS;
- 2. Arquivamento de processo Informação n.º 880/18, de 14 de dezembro findo, do SAS;
- 3. Devolução de verba, por motivo de rotura:
  - Informação n.º 871/18, datada de 13 de dezembro, do SAS;
  - Informação n.º 872/18, datada de 13 de dezembro, do SAS;
- = Ações de sensibilização ambiental 2019 Informação n.º 884/18, de 17 de dezembro findo, do SAS;
- = Redução em 100% do valor da tarifa de ligação de esgotos domésticos para 2019 Informação n.º 893/18, de 19 de dezembro findo, do SAS.

Câmara Municipal de Ourém, 2 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



## DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despachos dos Exmos. Presidente e Vereadores, 17-12-2018 a 04-01-2019

Processo nº	Requerente	Local
1892/2018	Condomínio do Prédio nº20	Rua Padre António Martins Pereira, n.º 20 – Cova da Iria – Freguesia de Fátima
2183/2018	SPYCAR- Inspeções de Veículos	Estrada da Oliveirinha, nº 236 – Casal dos Crespos - Freguesia de Nª Srª da Piedade
2142/2018	Ricardo Jorge Oliveira Dias	Rua das Laranjeiras, nº 3 - Chã - Freguesia de Caxarias
1957/2018	Mário José de Freitas Lopes	Bairro N.ª Sr.ª da Conceição - Rua E – Lote 81 – Lomba D´ Égua - Freguesia de Fátima
2080/2018	Maria da Luz Vitória da Silva Pereira	Avenida Dom José Alves Correia da Silva – Cova da Iria - Freguesia de Fátima
2041/2018	Carlos Manuel Pereira Santos	Estrada de Minde, nº 837 - Aljustrel - Freguesia de Fátima
2216/2018	José Nazário Antunes	Rua do Portinho, nº 33 – Gondemaria – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
2104/2018	José Martins de Oliveira	Rua do Barreiro – Vale Porto – Freguesia de Nª Srª das Misericórdias
2132/2018	Catarina Alexandre Reis Santos	Estrada Nacional 349 – Lagoa do Furadouro - Freguesia de Nª Srª das Misericórdias
2268/2018	Maria Elizabete Simões Henriques Guterres	Rua do Brejo – Pederneira - Freguesia de Urqueira
2052/2018	Manuel Coutinho Ribeiro e Emília Baptista das Neves	Estrada da Mata -Freguesia de Urqueira
2095/2018	Purificação da Silva	Rua do Doutor Pinto, nº 4 – Freixianda da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
2082/2018	Rui Manuel Oliveira Rodrigues	Rua 1ª de Janeiro – Lavradio – da União das Freguesias de Matas e Cercal
2240/2018	Raquel Oliveira Rodrigues	Quinta do Feto – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias

Ourém, 07 de janeiro de 2019



## SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 17/12/2018 a 04/01/2019

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
44385	Cond. Ed. Av. José Alves Correia da Silva, n.º 134	Inspeção de elevador
44517	3B, Ld. <sup>a</sup>	Inspeções de elevadores
44644	Grupo Desportivo e Cultural de Seiça	Manifestação desportiva
45614	Cond. Ed. RM - 18	Reinspeção de elevador
41394	Maria Carminda de Jesus Marques Nunes	Concessão de terreno no cemitério
36365	Fatisénior, Lda	Licenciamento de publicidade
46048	Cond. Ed. Linear	Reinspeção de elevador
46178	Residência Eurico	Inspeção de elevador
46305	Cond. Ed. Fatimae	Inspeção de elevador
46213	Cond. Ed. Boa Vista	Inspeção de elevador
46215	Cond. Ed. 5 de Outubro	Inspeção de elevador
46304	Cond. Ed. Fatimae	Inspeção de elevador
46298	Cond. Ed. Urb. Ribeirinho, Lote 2	Inspeção de elevador
46157	O Sino – Exploração, Rest. e Hotéis, SA	Inspeção de elevador

Ourém, 07 de janeiro de 2019

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso